

ROGÉRIO FROTA LEITÃO DOS SANTOS

**CONTABILIDADE NACIONAL: ANÁLISE DA ECONOMIA
BRASILEIRA SOB AS ÓTICAS DA DESPESA E DA RENDA, NO
PERÍODO 1990 – 2000.**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Ciências
Econômicas, Curso de Mestrado Profissional em
Economia do CAEN, Universidade Federal do
Ceará.

Orientador: Professor Doutor Paulo Jorge de
Melo Neto

**FORTALEZA
2002**

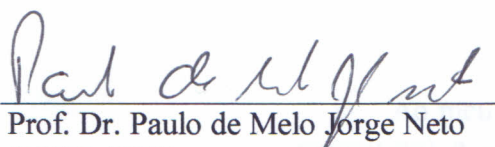
TERMO DE APROVAÇÃO

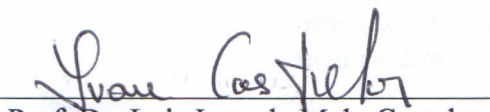
ROGÉRIO FROTA LEITÃO DOS SANTOS

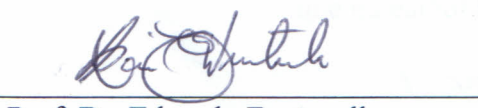
CONTABILIDADE NACIONAL: ANÁLISE DA ECONOMIA BRASILEIRA
SOB AS ÓTICAS DA DESPESA E DA RENDA, NO PERÍODO 1990 – 2000.

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Mestrado Profissional em Economia, Curso de Pós-Graduação em Economia – CAEN da Universidade Federal do Ceará, pela seguinte banca examinadora.

Orientador:


Prof. Dr. Paulo de Melo Jorge Neto
CAEN, UFC


Prof. Dr. Luiz Ivan de Melo Castelar
CAEN, UFC


Prof. Dr. Eduardo Fontenelle
Departamento de Economia Aplicada, UFC

Fortaleza, 22 de agosto de 2002.

DEDICO

Ao meu pai Antônio Batista dos Santos (in memorian) e a minha mãe Lenira Frota Leitão dos Santos, pela determinação, dedicação e devoção que dispensaram para a formação do meu caráter.

A minha mulher, Mosinha, e a minha filha, Lia, pelas motivações que me deram para que eu elaborasse este trabalho.

A todos que me ajudaram e me inspiraram, com amizade e humildade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

A Deus pelas oportunidades que me proporcionou na vida.

Ao Professor Paulo de Melo Jorge Neto, pela sua orientação e atenção que dispensou para a elaboração deste trabalho.

Ao Professor Luiz Ivan de Melo Castelar pela amizade e pelas suas inúmeras e importantes contribuições para realização deste estudo e para a conclusão do curso.

Ao Professor Eduardo Fontenelle pelas sugestões e idéias que acrescentou ao estudo como membro da banca examinadora.

Aos Professores Marcos Holanda e Glória Arraes que tornaram possível a realização do Curso de Mestrado Profissional em Economia.

Aos Professores do CAEN pelos ensinamentos que foram transmitidos durante o curso.

Finalmente, agradeço a todos que trabalham no CAEN e que me apoiaram para a concretização desse estudo.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	vii
LISTA DE GRÁFICOS	vii
LISTA DE QUADROS	viii
LISTA DE TABELAS	ix
RESUMO	x
ABSTRACT	xi
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 História da Contabilidade Nacional	
1.1 William Petty e a Contabilidade Nacional	10
1.2 A Participação de Quesnay	11
1.3 A Contribuição de Walras	14
1.4 Século XX	16
1.5 Ragner Frisch	19
1.6 Simon Kuznets	20
1.7 Wassily Leontief	21
1.8 John Maynard Keynes	22
1.9 O SNA de James Meade e Richard Stone	29
1.10 Os Sistemas de Contas Nacionais	31
CAPÍTULO 2 O Sistema de Contas Nacionais do Brasil	
2.1 A Contabilidade Nacional Brasileira	47
2.2 Identidades Macroeconômicas	53
2.3 Considerações	54

CAPÍTULO 3 Análises das Contas do PIB

3.1 PIB Sob a Ótica da Despesa	57
3.2 PIB Sob a Ótica da Renda	71
3.3 Multiplicador do Investimento	81
3.4 Conclusões	84

GLOSSÁRIO	87
------------------	-----------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91
-----------------------------------	-----------

ANEXOS	92
---------------	-----------

LISTA DE FIGURAS

FIGURA		Pág.
1	Fluxo Circular da Renda de Quesnay	12
2	Tabela de Insumo-Produto de Quesnay	13
3	Fluxo Circular da Renda de Walras	15

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO		
1	Consumo Final x PIB	59
2	Consumo das Famílias x PIB	60
3	Consumo da Administração Pública x PIB	60
4	Formação Bruta de Capital x PIB	63
5	Exportação de Bens e Serviços x PIB	70
6	Importação de Bens e Serviços x PIB	71
7	Remuneração de Empregados x PIB	72
8	Salários x PIB	73
9	Contribuições Sociais Efetivas x PIB	76
10	Contribuições Sociais Imputadas x PIB	76
11	Rendimento de Autônomos x PIB	77
12	Excedente Operacional Bruto x PIB	78
13	Impostos Líquidos de Subsídios sobre a Produção e Importação x PIB	79
14	Dívida Líquida do Setor Público x PIB	79
15	Taxa de Desemprego/Utilização da Capacidade Industrial/Utilização da Capacidade Industrial Instalada em porcentagem	81

LISTA DE QUADROS

QUADRO		Pág.
1	Tabela de Operações Financeiras (TOF)	33
2	Contas Econômicas Integradas (CEI)	38
3	Tabela de Recursos e Usos de Bens e Serviços (TRU)	41
4	Conta Produto Interno Bruto	42
5	Renda Nacional Disponível Líquida	43
6	Conta Transações com o Resto do Mundo	44
7	Conta Capital	45
8	Conta Corrente das Administrações Públicas	46
9	Conta Produto Interno Bruto (Brasil)	48
10	Conta Transações Correntes com o Resto do Mundo (Brasil)	49
11	Conta Renda Nacional Disponível Bruta (Brasil)	50
12	Conta de Capital (Brasil)	51
13	Conta Corrente das Administrações Públicas (Brasil)	52
14	Taxa de Desemprego/Utilização da Capacidade Industrial/Utilização da Capacidade Industrial Instalada em porcentagem	80

LISTA DE TABELAS

TABELA		Pág.
1	Tabela de crescimento percentual dos componentes do PIB. (1990 - 2000)	58
2	Distribuição por atividade econômica de aplicação dos recursos	65
3	Rendimentos do Trabalho – Ano 1999	75
4	Ajustamento da Função Consumo	82
5	Ajustamento da Função Importação	83

RESUMO

A presente Dissertação teve como objetivo central fazer uma análise da trajetória das principais variáveis macroeconômicas da economia brasileira durante o Plano Real, mais precisamente no período de 1990 – 2000, utilizando informações das contas nacionais.

No estudo são analisadas as contas do PIB sob as óticas da renda e da despesa. Além disso, é calculado um multiplicador do investimento para evidenciar em quanto a formação bruta do capital contribui para aumentar o PIB brasileiro, o qual revelou ser da ordem de 1,69. Porém, em virtude do volume da formação bruta do capital ter-se mantido em torno dos 20% do PIB e devido os investimentos terem sido direcionados principalmente para o setor de serviços, a economia nacional foi prejudicada por não conseguir alavancar setores produtores de artigos que favoreçam o aumento das exportações brasileiras.

ABSTRACT

The present dissertation has as its main goal the analysis of the trajectory of the main macroeconomic variables of the Brazilian economy during the Plano Real, more precisely in the period that goes from 1990 to 2000, using information from the national accounts.

In this study, Gross Domestic Product (GDP) accounts are analyzed in terms of income and expenditure. Besides that, an investment multiplier is calculated to illustrate on how much the Gross Formation of Capital (GFB) contributes to raise Brazilian GDP, which has revealed to be of the order of 1.69. However, in virtue of the volume of GFB having been around 20% of the GDP and due to investment having been directed mainly to the services sector, the national economy was not able to enhance productive sectors that favor a raise of Brazilian exports, with a consequent slowdown of its growth rate in the decade.

Em virtude do advento da globalização e as recentes mudanças do cenário econômico mundial, as multinacionais e os governos dos países desenvolvidos forçaram os países mais atrasados a abrirem os mercados para seus produtos e serviços e, ao mesmo tempo, passaram a impor barreiras protecionistas (tarifárias ou não) e a subsidiar seus produtores rurais e industriais para serem capazes de competir no mercado internacional, visando fortalecer ainda mais as economias dos países ricos. Este cenário adverso tem levado os países emergentes a adotarem diferentes tipos de políticas para minimizarem estes efeitos negativos em seus mercados internos e externos.

Na tentativa de se protegerem das oscilações do mercado, muitos países formaram blocos econômicos, onde não vigoram as fronteiras alfandegárias. Alguns desses blocos alcançaram um grau de sofisticação tão grande que criaram uma moeda única, como é o caso da Comunidade Européia. Outros, determinam o mercado em que cada país integrante vai se especializar e explorar, nesta situação podemos citar a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Contudo, nada impede que um país integrante de um bloco seja participante de outro. Nessa guerra de interesses ganha quem tiver o poder de associar-se ao maior número possível de blocos. São ainda exemplos desses mercados o Mercosul, a Alca e a Asean (Associação das Nações do Sudeste Asiático).

Essas mudanças têm feito a economia brasileira passar por importantes transformações e exercido pressões em seu governo para que possa manter a competitividade internacional, ser eficaz nas políticas internas (visando efetivar um desenvolvimento satisfatório) e principalmente cumprir as metas estabelecidas no acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), superávits primários e metas de inflação.

Tais transformações, que vêm desde o início da década de 1990, provocaram mudanças significativas na economia brasileira, as quais destacamos abaixo, de acordo com as ocorrências dos fatos. Muitas dessas alterações foram baseadas no Consenso de Washington, como cita Magalhães (2002, p. 167):

“Em 1989, atendendo convocação do *Institute for International Economics*, entidade de caráter privado, economistas latino-americanos de perfil liberal, funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Governo norte-americano reuniram-se para avaliar as reformas econômicas em curso na América Latina.

As conclusões desse encontro, que ficaram conhecidas como “Consenso de Washington”, constituem o receituário padrão para as reformas de Estado e redimensionamento da relação Estado-sociedade nos países do capitalismo periférico, notadamente os latino-americanos, entre eles o Estado brasileiro.”

O referido receituário, segundo o autor, consiste principalmente em privatizações de empresas estatais (retirada do Estado da economia); em diminuição do controle sobre as relações de trabalho e sobre o processo econômico (desregulação); na eliminação de monopólios e reservas de

mercados, com abertura ao capital externo e liberação do comércio exterior (globalização); tributos com menor progressividade e maior peso nos impostos indiretos (modelo tributário anti-redistributivo); e equilíbrio nas contas públicas (disciplina fiscal).

Inicialmente, no Brasil, as principais modificações efetivadas na economia nacional referem-se a substituição de uma economia fechada por uma aberta; a transformação de um Estado que produzia riqueza para um indutor da produção; a implementação de vários planos econômicos para conseguir controlar a inflação e levar o país à estabilidade de preços. Com as exigências internacionais, a partir de 1990 foram retiradas as barreiras não tarifárias incidentes nos produtos importados e estabelecido um programa de reduções tarifárias sobre os mesmos. Com a ação desses mecanismos houve um aumento substancial na demanda por importados, o que alavancou a disponibilidade de novos postos de trabalho nos setores de comércio e de serviços. Por outro lado, a abertura do mercado interno prejudicou a balança comercial pelo relativo desequilíbrio provocado por maiores saídas de divisas, devido ao aumento do volume das importações, e pela geração de desemprego na indústria, seguida por falências e concordatas de produtores nacionais que não tinham uma estrutura competitiva.

Para compensar a necessidade de financiamento da conta capital, foi promovida uma abertura financeira, com a mudança da legislação, permitindo um maior afluxo de recursos estrangeiros, principalmente capital especulativo,

para a economia nacional. Várias outras medidas foram adotadas nas áreas monetário-financeira, fiscal e de câmbio e controle de preços e salários, com o objetivo principal de equilibrar as contas nacionais e eliminar a inflação.

Contudo, as maiores modificações ocorreram entre 1994 e 1995. Com a estabilidade econômica obtida pelo Plano Real problemas estruturais foram revelados. Para resolvê-los o governo adotou várias medidas, tais como: **as privatizações de empresas produtoras estatais, cortes nos gastos públicos, reforma administrativa e mudanças nas áreas financeira e fiscal.**

Com relação às privatizações, no início cogitava-se em privatizar somente as empresas que dessem prejuízo e que só fossem permitidas as participações de grupos estrangeiros propiciando, portanto, o aporte de novas divisas. Porém, com a movimentação da iniciativa privada nacional, foram vendidas estatais lucrativas em leilões aberto ao público e com aceitação de “moedas podres” como pagamento ou até com financiamentos, concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Deste modo, foram abertos vários setores do mercado doméstico às empresas privadas de capital nacional ou estrangeiro, como o de telecomunicações, elétrico, gás, jazidas minerais, potenciais hidráulicos e foi posto fim ao monopólio da Petrobrás na exploração de petróleo do país.

Quanto aos cortes nos gastos públicos, o governo reduziu e centralizou, ao máximo, os gastos com manutenção da máquina administrativa,

investimentos em infra-estrutura, saúde pública, repasses federais, entre outros.

Através da reforma administrativa foi objetivada a extinção de empresas puramente de caráter público e a criação , para substituí-las, de entidades mais ágeis, eficientes e não ligadas diretamente ao governo federal, como as agências reguladoras, agências executivas e organizações sociais. Além disso, foram executados processos de controle dos salários dos servidores federais, reformulação dos regimes de aposentadoria e das regras de estabilidade dos servidores, demissões incentivadas e mais concursos públicos com menos vagas disponíveis (Bresser-Pereira, 2001).

No segmento financeiro, foram estabelecidos programas de privatizações de bancos estatais e um programa de crédito (PROER) para socorrer instituições que estavam em dificuldades, devido a entrada de concorrentes estrangeiros na economia interna. Através do PROER, foram incentivadas fusões e incorporações entre entidades financeiras. Foram, ainda, implantados o Fundo de Garantia de Crédito e permitido ao Banco Central do Brasil (BC) maior poder de controle e fiscalização deste setor.

Embora alguns setores tenham sido bem sucedidos, outros segmentos apresentam, até hoje, um déficit que somente poderá ser resolvido a longo prazo, em 25 ou 30 anos, como é o caso da Previdência Social. A ampliação dos pagamentos de benefícios devido ao envelhecimento da população

(Rezende, 2001), a baixa capacidade de formar poupança de longo prazo, o aumento do desemprego, e uma maior participação da economia informal contribuíram para a inviabilização atuarial da Previdência Social. Para evitar um iminente colapso, foi reformulado o plano de aposentadoria e criadas várias categorias diferentes para a inatividade trabalhista.

Além disso, o governo vinha mantendo uma taxa de câmbio subvalorizada até meados de 1996 quando adotou o regime de bandas cambiais. Vinha também praticando, no mercado financeiro, altas taxas de juros para manter atraente a entrada de dólares na economia. Mas, o problema é que o capital estrangeiro era, na sua grande maioria, composto por recursos especulativos, o que comprometia o desempenho da economia devido ao seu alto grau de volatilidade.

A partir de outubro de 1998, com a crise russa, iniciou-se uma desconfiança do mercado e o governo brasileiro promoveu o ajuste fiscal, através do Programa de Estabilidade Fiscal (PEF). Esse programa era composto por **medidas estruturais** e **medidas de efeito imediato**.

As medidas estruturais consistiam em: regulamentação da Reforma Administrativa; Lei de Responsabilidade Fiscal; aprovação da reforma da previdência social; liberação do setor de combustíveis; reforma trabalhista e reforma tributária.

As medidas de efeito imediato fundavam-se em: contenção de gastos do governo; elevação da receita com a cobrança de impostos atrasados; prorrogação da CPMF e combate à sonegação.

Entretanto, mesmo adotando todos esses cuidados, o Brasil não foi poupado. Pois, as elevadas taxas de juros e a taxa de câmbio super valorizada, praticadas desde 1994, elevaram consideravelmente a dívida pública interna, devido a parte dos títulos estarem com garantias cambiais. Em janeiro de 1999, a crise se instalou no país; bancos quebraram; dois presidentes do Banco Central foram demitidos; o mercado financeiro entrou em colapso; o risco Brasil chegou ao seu ponto mais crítico, desde a crise mexicana em 1995. Desta vez, o governo tomou novas medidas voltadas para acalmar o mercado e evitar que outros bancos fossem à bancarrota. O câmbio foi desvalorizado e adotou-se o regime de câmbio flutuante, mesmo com o Banco Central intervindo no mercado (vendendo dólares sempre quando a cotação deste chegava a um nível considerado crítico pelo BC). Deste modo, foram providenciadas medidas com o intuito de substituir o capital estrangeiro especulativo pelo produtivo. O Brasil foi ao FMI e passou a praticar a sistemática de metas de inflação como diretriz de política monetária, sob a execução do Comitê de Política Monetária (COPOM).

Esforços têm sido feitos para melhorar a economia brasileira através do comércio exterior procurando-se aumentar a clientela internacional, atraindo empresas estrangeiras através das instalações de unidades produtoras em

território nacional, formação de parcerias com transferência de tecnologia e outras medidas similares.

Destarte, a grande transformação da economia brasileira, nos anos 90, motivou a realização do presente trabalho, o qual tem como principal objetivo fazer uma análise da trajetória das principais variáveis macroeconômicas no período de 1990 – 2000, utilizando os dados das contas nacionais. Deste modo, serão utilizados um conjunto de categorias contábeis da macroeconomia e uma metodologia capazes de conduzir a investigação a um conhecimento mais aprofundado das conseqüências do Plano Real na economia brasileira.

Devido as relações intrínsecas existentes entre as contas nacionais e, portanto, a impossibilidade de análises contábeis isoladas, serão apresentadas todas as contas integrantes do sistema para que seja estudada, de uma forma fiel, a situação econômica do Brasil.

A princípio, serão estudados o comportamento do Produto Interno Bruto (Renda) e de seus elementos constituintes, da formação bruta do capital (investimento), da carga tributária, da Balança Comercial (exportações, importações). Será, também, calculado um multiplicador do investimento para revelar em quanto a formação bruta do capital está contribuindo para aumentar o PIB brasileiro.

Para melhor compreensão do trabalho será relatado no primeiro capítulo, de modo objetivo, a parte histórica da contabilidade nacional envolvendo os seus antecedentes e discorrendo sobre os demais fatos que influenciaram o seu desenvolvimento até os dias atuais.

O segundo capítulo dispõe sobre o Sistema de Contas Nacionais do Brasil com as definições das principais identidades contábeis da macroeconomia e seus fundamentos. Estas definições serão expostas de uma forma integrada e seqüencial, obedecendo aos conceitos do Produto, Renda e Despesa Agregada. Além disso, serão apresentadas as seguintes contas: Conta do Produto Interno Bruto, Conta Renda Nacional Disponível Líquida, Conta Transações Correntes com o Resto do Mundo, Conta de Capital e a Conta Corrente das Administrações Públicas. Serão examinadas todas as particularidades que envolvem a contabilidade nacional brasileira quanto a depreciação, a poupança privada, o consumo das famílias e a variação de estoques.

No terceiro capítulo serão analisadas as contas do PIB sob as óticas da despesa e da renda. Neste capítulo, também, será calculado o multiplicador do investimento e apresentadas às conclusões.

CAPÍTULO 1

História da Contabilidade Nacional

Neste capítulo será relatado, de modo sucinto, a parte histórica da contabilidade nacional envolvendo os seus antecedentes e discorrendo sobre os principais fatos que influenciaram o seu desenvolvimento até os dias atuais.

1.1 William Petty e a Contabilidade Nacional

Há bastante tempo que há uma preocupação muito grande, por parte dos economistas, de desenvolverem técnicas e conceitos coerentes para estudar a contabilidade das nações e suas variações. Os primeiros registros que há nessa área datam de 1662 com a publicação do livro *Treatise of Taxes and Contributions*, pelo médico e economista¹ inglês William Petty (1996). Apesar de ser um livro mais voltado para as Finanças públicas, ele também faz referências às contas nacionais. Petty, considerado o precursor da escola clássica e fundador da estatística econômica, preocupou-se em melhorar as formas de arrecadação de impostos e a disponibilidade de informações mais amplas sobre a atividade econômica. Desta forma, ele deu início à substituição do empirismo pelo estudo científico dos fatos econômicos, através de

¹ William Petty também desempenhou as funções de avaliador de terras e foi responsável pela arrecadação de tributos para a Coroa Britânica.

identidades matemáticas, com a publicação de *Verbum Sapienti*, em 1665, e *Political Arithmetick* em, 1691².

Petty estabeleceu um método simplório de aferição do nível de renda inglês que utilizava informações sobre rendimentos do capital, do trabalho e da estimativa da demanda para calcular a renda nacional. De acordo com a sua teoria, se o rendimento anual do capital gerar o volume de 15 milhões enquanto que as despesas atingirem as cifras de 40 milhões, então o trabalho do povo deverá responder pelo déficit de 25 milhões. Assim, Petty criou um método que "justificava matematicamente", abordando o produto pela ótica da renda e da despesa, o que a Coroa Britânica poderia fazer para aumentar a arrecadação dos impostos.

1.2 A Participação de Quesnay

Em 1758, o economista e médico francês Quesnay(1996) escreveu o *Tableau Économique des Physiocrates*. Para ele, em sua teoria fisiocrata, a principal fonte geradora de riqueza era a terra. Ou seja, a única atividade produtiva da economia era a agricultura e as outras somente se apropriavam da renda gerada por aquela. Através do *Tableau*, foram estabelecidas a noção do Fluxo Circular da Renda e da Tabela de Insumo-Produto que continuam a ser utilizadas até hoje.

Para Quesnay, toda a economia começava a funcionar a partir da agricultura que fornecia insumos para o próprio setor, para setor de manufatura

² Também publicou *Political Anatomy of Ireland*, em 1672.

e renda para o dono da terra. Os produtos manufaturados eram vendidos para o setor da agricultura e para os donos de terra. Assim, ele admitia que se não houvesse a agricultura, o restante da cadeia de produção simplesmente não existiria e que o setor manufatureiro não era uma atividade produtiva, mas uma atividade apropriadora de parte da produção gerada pela agricultura.

FIGURA 1: Fluxo Circular da Renda de Quesnay

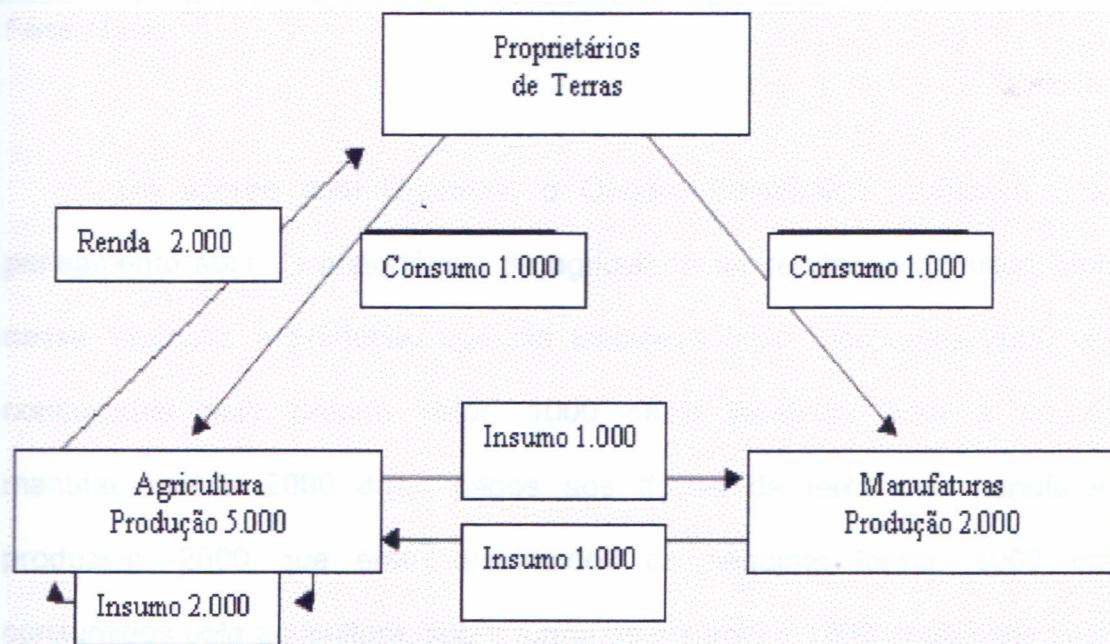


FIGURA 2: Tabela de Insumo-Produto de Quesnay

PRODUTO	I N S U M O		DEMANDA FINAL	TOTAL
	AGRICULTURA	MANUFATURA		
AGRICULTURA	2000	2000	1000	5000
MANUFATURA	1000	0	1000	2000
RENDA DA TERRA	2000	0	2000	2000
Produção	5000	2000		

Fonte: Nunes

De acordo com Quesnay, o Quadro Econômico justificava o seu pensamento sobre a importância da agricultura no cenário econômico. Pois, nesse exemplo, a produção agrícola totalizava 5000, dos quais 2000 eram consumidos pelo próprio setor, 1000 eram vendidos para a indústria manufatureira e 2000 eram pagos aos donos da terra. As manufaturas produziam 2000 que eram distribuídos da seguinte forma: 1000 eram consumidos pela agricultura, sob a forma de insumo, e 1000 eram consumidos pela população que detinha renda (donos de terras).

Karl Marx utilizou o mesmo quadro para explicar o sistema de reprodução de riqueza na economia. Porém, foi Leontief que o empregou para análise da estrutura produtiva de vários segmentos da economia americana,

dada à sua adequação para mensurar e demonstrar o que cada setor compra e vende para outros setores do setor produtivo, considerando também bens e serviços intermediários (inter-setoriais).

A macroeconomia clássica utilizava o fluxo circular da renda para explicar a distribuição da renda nacional entre as classes e o quadro econômico para demonstrar como o capitalismo se reproduzia ao longo do tempo.

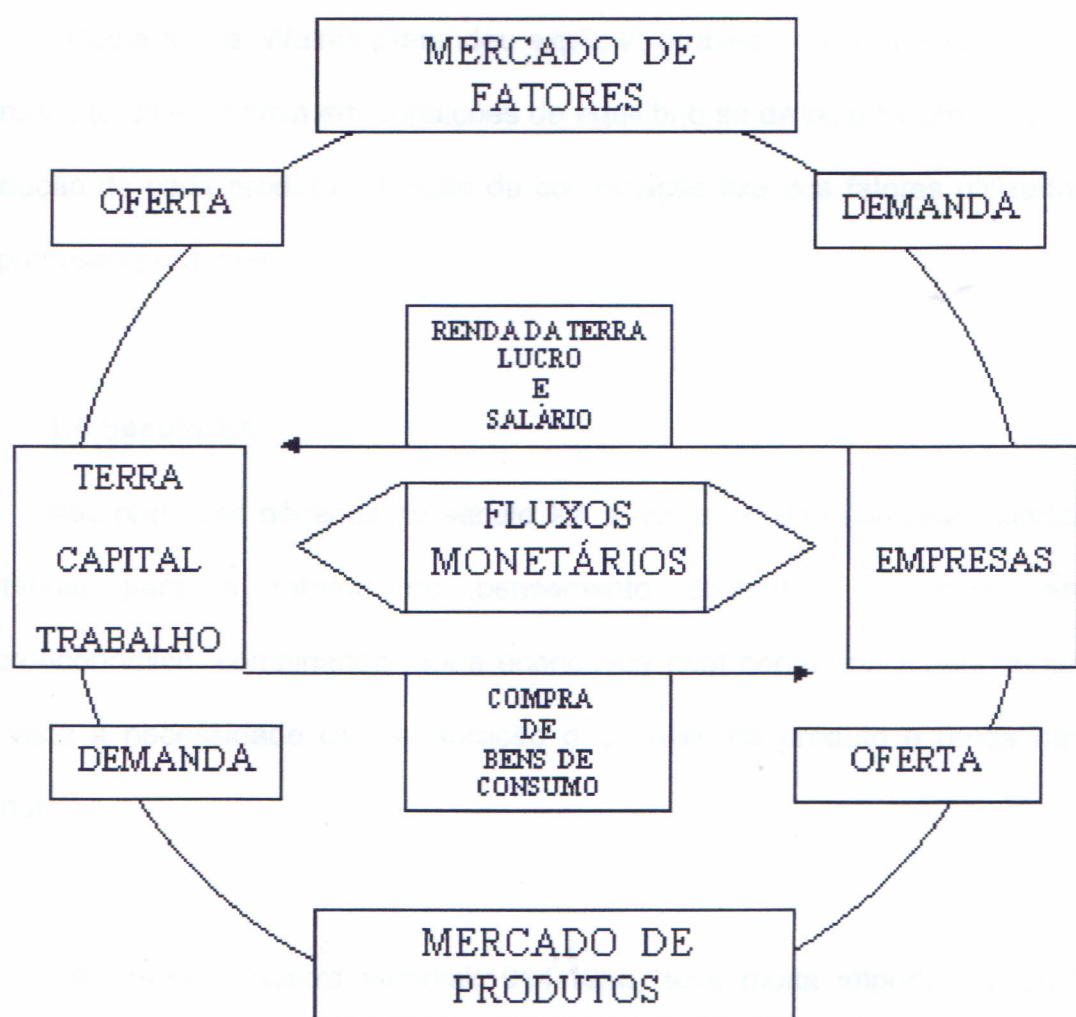
É preciso salientar que, no decorrer dos séculos XVIII e XIX, o funcionamento do sistema econômico era explicado, por Francois Quesnay, Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx, através da abordagem macroeconômica. Além disso, no século XIX, as contas nacionais restringiam-se às estimativas da renda nacional. Pois, os economistas clássicos se preocupavam mais em explicar o conceito de produção, a fonte de valor e as formas de apropriação da renda.

1.3 A Contribuição de Walras

Walras (Nunes, 1998), baseando-se no Fluxo Circular da Renda de Quesnay, mostrou que as famílias necessitam de renda para consumirem bens do mercado de produtos, a fim de maximizarem suas utilidades. Por isso, vendem os fatores de produção (terra, capital e trabalho), no mercado de fatores, em troca de renda. As empresas, para maximizarem seus lucros, compram os fatores de produção no mercado de fatores e transformam-nos em bens para serem vendidos às famílias no mercado de produtos.

Desta forma, Walras pretendeu explicar que o capitalismo tendia para um estágio de equilíbrio com pleno emprego, onde a moeda era apenas um meio de troca, as famílias (consumidores) maximizavam suas utilidades e as empresas (produtores) seus lucros.

FIGURA 3: Fluxo Circular da Renda de Walras



Unides No modelo de Walras, quando as empresas de um determinado mercado auferem lucros mais elevados há uma forte tendência para elas aumentarem a produção e, também, uma grande atração de novos produtores. Com o ampliação da produção e a entrada de novas empresas a oferta aumentará e o preço cairá, conseqüentemente o mercado será conduzido a uma situação de equilíbrio. Convém lembrar que o autor analisa os mercados como sendo de concorrência perfeita.

Desta forma, Walras pretendeu explicar, através do seu modelo, que a reprodução da economia em condições de equilíbrio se dá pela hipótese que a produção de cada produto é função da combinação fixa dos fatores utilizados no processo produtivo.

1.4 Século XX

Nas primeiras décadas do século XX a evolução da economia mundial contribuiu para o retorno do pensamento econômico à abordagem macroeconômica, combinando teoria econômica com contas nacionais, tendo em vista a necessidade de mensuração dos níveis de produto e renda das economias.

A Primeira Guerra Mundial(1914-1918) teve muita importância para esse retorno. Pois, a medida que os países europeus iam sendo desmantelados, conseqüentemente interrompendo as exportações de produtos industrializados, novos fornecedores surgiam, principalmente os Estados

Unidos, avançando e conquistando esse mercado consumidor que temporariamente estava desabastecido.

No final da guerra, muitos países que se envolveram diretamente no conflito ficaram empobrecidos, com seu parque industrial e o setor agrícola comprometido, o que dificultou ainda mais a reconstrução dessas economias e a recuperação dos mercados consumidores internacionais.

Afora isso, houve também a crise dos anos 20, em que a economia européia teve um profundo choque contracionista, que registrou elevadas taxas de desemprego na Europa. Para se ter uma idéia, em 1921 esse índice chegou a 9% na Inglaterra, a 18% na Alemanha e a 25% na Suécia. Houve, ainda, grande queda dos preços dos produtos e do nível de produção ocasionados pelo baixo poder aquisitivo da população.

Em 1929, com a quebra da Bolsa de Nova York, instalou-se a grande depressão dos anos 30. Com ela todas as economias capitalistas entraram em colapso. Nos Estados Unidos o PNB caiu 30%, o desemprego chegou a 25% e por volta de 9000 instituições financeiras foram à bancarrota. Tudo isso somente no ano de 1933, segundo Galbraith(1979).

Durante esses acontecimentos, revelou-se a necessidade de uma explicação acerca dos princípios da teoria neoclássica que se referia à idéia de equilíbrio com pleno emprego dos fatores. Explicação esta que se tornou mais

premente com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, pois, havia carência de estudos que revelassem particularidades entre a destinação de recursos para financiar a guerra e a inflação, e o impacto deste tipo de financiamento no balanço de pagamentos.

A partir da complexidade dos fatos econômicos ocorridos nos anos 20, 30 e 40, como se percebe, tornou-se necessária a elaboração da contabilidade nacional moderna que retratasse a economia como um todo e que utilizasse uma teoria macroeconômica que explicasse a realidade do mundo capitalista e suas crises; ao contrário de utilizar apenas uma metodologia de cálculo da renda nacional para comparar o nível de renda e de riqueza das nações.

Contudo, outros fatores contribuíram para o desenvolvimento dessa nova contabilidade nacional a partir dos anos 40, principalmente o surgimento de novos conceitos estatísticos e contábeis; novas instituições de acompanhamento das variáveis econômicas; nova classificação dos agentes econômicos; enfim uma nova abordagem macroeconômica. A contabilidade nacional moderna passaria a ser interpretada como um sistema integrado de contas com o intuito de identificar os agentes econômicos e suas interligações, desde a geração do produto e da renda, evidenciando os mecanismos de apropriação e distribuição da renda, o uso da renda nacional em consumo e em poupança, até a desagregação da poupança em poupança privada e poupança pública.

Saliente-se que muitos autores trabalharam para a modernização da contabilidade nacional, dentre eles Ragnar Frisch, Wassily Leontief e Simon Kuznets. Mas, foi Keynes quem pela primeira vez utilizou as estimativas da contabilidade nacional para apresentar propostas de políticas econômicas.

1.5 Ragnar Frisch

A principal contribuição de Frisch (Nunes, 1998) foi a sua preocupação, no final dos anos 20, em desenvolver um modelo de contas nacionais com um conceito rigoroso da definição das grandezas macroeconômicas. Assim, Frisch descreveu sobre os processos de produção, geração e apropriação da renda, consumo e acumulação, a partir da análise do fluxo circular de Quesnay. Desse estudo originaram-se os conceitos de rendas dos fatores, denominados custos dos fatores, utilizados no processo de produção.

Frisch expôs sobre a necessidade de diferenciar o produto nacional bruto a preço de mercado de produto nacional a custo de fator, evidenciando o valor da renda dos fatores, os impostos indiretos e os subsídios. Necessária, também, seria a distinção entre as contas das instituições financeiras das não-financeiras.

Segundo ele, cada operação na economia daria lugar a quatro registros: dois do lado real e dois do lado financeiro (débito e crédito dos agentes integrantes: governo, famílias, empresas e o resto do mundo) . O que

determinaria uma abordagem do sistema de contas nacionais por um método de partidas quádruplas e não de partidas dobradas.

1.6 Simon Kuznets

Kuznets (Nunes, 1998), nos anos 30, procurou definir com mais precisão os conceitos fundamentais das contas nacionais, principalmente quanto à distinção entre o produto nacional bruto e o produto interno bruto (considerando a natureza dos fatores de produção, a origem das empresas e o território geográfico); a diferenciação entre despesas operacionais correntes de consumo intermediário e despesas de capital (formação do capital); e a definição dos serviços públicos como produto final (gastos do governo) e a sua contribuição para o produto nacional.

Com o trabalho precursor de Kuznets, economistas americanos desenvolveram metodologias para construções de séries históricas sobre a renda nacional e de conversão dos agregados macroeconômicos (consumo, investimento e poupança, e salários e lucros) que antes eram analisados de uma forma dispersa num sistema de estatísticas da renda nacional.

Apesar dos avanços desses estudos, os registros das contas nacionais eram feitos por um método contábil simples e não pelo método de partidas dobradas, que foi incorporado por Keynes em 1940. Deste modo, pelo método de registro simples, a análise da consistência econômica e estatística dos

dados exigia a construção da identidade contábil entre produto, renda e despesa.

1.7 Wassily Leontief

Ainda nos anos 30, Leontief (Nunes, 1998) começou a desenvolver um modelo alternativo de contas nacionais que permitisse a análise da estrutura produtiva e interdependência entre os setores da atividade de econômica. Através da inovação da Tabela de Insumo-Produto de Quesnay, ele contribuiu para a modernização das contas nacionais referente à desagregação das estimativas destas em relação à geração e apropriação da renda por ramo de atividade.

Para ele, a vida moderna e suas complexidades impediam que os economistas da época explicassem os fenômenos econômicos utilizando análises simples baseadas em interações entre produto interno bruto, juros, salários e preços.

Em 1951, Leontief publicou um artigo onde empregou o método das partidas dobradas na matriz de insumo-produto (Matriz de Relações Intersetoriais ou Matriz de Leontief) e vinculou cada ramo de atividade aos demais setores econômicos para descrever o princípio de representação da economia e afirmava que as tabelas de insumo-produto, expressas em valor, poderiam ser utilizadas como um sistema de contabilidade nacional.

Apesar da sua contribuição, para a modernização das contas nacionais, a Matriz de Leontief é muito complexa para mensurar a economia, devido à sua operacionalidade que demanda muitos dados e cálculos para produzirem resultados. Além disso, é preciso muito cuidado quando a matriz de Leontief for utilizada para que não haja dupla contagem do mesmo insumo ou produto.

1.8 John Maynard Keynes

Enquanto a teoria neoclássica abordava os aspectos econômicos sob a ótica do equilíbrio monetário e fiscal, pleno emprego e estabilização de preços e considerando o desemprego como voluntário e passageiro, o que não explicava as crises do capitalismo, Keynes (Nunes, 1998) propôs uma nova abordagem sobre os problemas da depressão, desemprego e inflação, através da publicação de *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1936).

Keynes defendia a idéia de empregar as informações das modernas contas nacionais para o planejamento econômico, especialmente como um instrumento eficaz de política fiscal.

As idéias de Keynes sobre uma política fiscal ativa visando a redução do desemprego e a recuperação econômica não foram adotadas pela Inglaterra. Apenas os Estados Unidos e a Suécia desenvolveram programas empregando essa teoria.

um mo No final dos anos 20, o governo social democrata da Suécia implantou uma política de combate à recessão e ao desemprego por meio de gastos públicos. Esse programa rompeu com os princípios das políticas econômicas neoclássicas de equilíbrio fiscal à medida em que o governo se preocupava mais com a estabilidade social e política do que com a estabilidade das contas públicas. Em 1932 a Suécia abandonou as regras monetárias e cambiais do padrão ouro, o que possibilitou o estabelecimento de um programa de políticas macroeconômicas ativas para reverter seu quadro recessivo, mesmo que fosse com geração de déficits fiscais.

equ

No ano de 1933, nos Estados Unidos, o governo de Franklin Roosevelt implementou o programa New Deal para diminuir os impactos sociais devido ao desemprego em massa, o qual era financiado através de gastos públicos. Em 1938, um conjunto de medidas foi implantado para o restabelecimento econômico e a segurança social, visando transformar o New Deal em um programa de políticas macroeconômicas keynesianas.

Somente em 1931 a Inglaterra deixou de adotar o padrão ouro e empregou políticas econômicas ativas (desvalorização da libra esterlina e a criação de tarifas sobre produtos importados) para promover a recuperação da economia.

Com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, Keynes publica *How to Pay for the War* (Como Pagar pela Guerra, 1940), onde mostra, através de

um modelo de contas nacionais, a importância de suas políticas econômicas para evitar a inflação na Inglaterra enquanto permanecesse o conflito. Suas principais preocupações referem-se a identificar recursos que possam financiar o Tesouro inglês durante a guerra e a viabilização da recuperação da economia no período pós-guerra; de acordo com ele os agentes econômicos assumem comportamentos distintos durante os períodos de guerra e de paz. Keynes utilizou o método das partidas dobradas para os registros das transações entre os agentes e para evidenciar a interdependência entre as contas integrantes do sistema (produção, apropriação e uso da renda e acumulação), conforme as equações³ abaixo:

1. Equação do produto nacional a custos de fatores

$$Y_{cf} = CP_{cf} + D + IL + CG$$

Onde:

Y_{cf} → produto nacional bruto a custo de fatores

CP_{cf} → consumo final privado menos impostos indiretos

D → depreciação (consumo de capital fixo)

IL → investimento público e privado líquidos (prédios, meios de transportes e instalações)

CG → consumo corrente do governo (exceto pensões e juros)

³ Pelo modelo desenvolvido por Keynes as equações se referem ao ano fiscal de 1°/04/1938 a 31/03/1939

2. Equação do produto nacional ao preço de mercado

$$Y_{pm} = CP_{cf} + II + IB + CG$$

Em que:

Y_{pm} → produto nacional bruto a preço de mercado

CP_{cf} → consumo final privado menos impostos indiretos

II → impostos indiretos (sem subsídios)

IB → investimento bruto

CG → consumo corrente do governo (exceto pensões e juros)

3. Equação da origem da renda do governo

$$YG = ID + II + YGSM + EP$$

Onde:

YG → total da renda do governo

ID → impostos diretos

$YGSM$ → renda do governo com serviços mercantis

EP → empréstimos do setor privado para o governo

Devido a essa equação, da origem da renda do governo, Keynes apresentou a expressão abaixo, da utilização da renda ou gastos correntes do

governo (G), para justificar a afirmativa das partidas dobradas em que toda origem (crédito) corresponde à uma utilização (débito) de igual valor.

$$G = YTr + CG$$

Onde:

YTr → transferências do governo ao setor privado

CG → consumo corrente do governo (exceto pensões e juros)

Logo, $YG = G$

Onde:

G → gastos correntes do governo

4. Equação da origem da renda do setor privado

$$YSP = YP + YTr$$

Onde:

YSP → total da renda do setor privado

YP → renda bruta dos fatores de produção (salários + lucros + depreciação)

YTr → transferências do governo ao setor privado

Segundo Keynes, em contrapartida a origem da renda do setor privado há a conta de total da renda utilizada pelo setor privado, ou seja,

6. Equação da formação de capital

$$FC = IB$$

Em que, o investimento bruto ($IB = IL + D$) equivale ao total da conta de formação de capital (FC).

Embora Keynes não tenha demonstrado, explicitamente, o produto e a renda do seu sistema de contas nacionais referiam-se a uma economia aberta, ou seja com importações e exportações. Além disso, a poupança privada era responsável pelo financiamento do investimento e do déficit público, inclusive a poupança externa (capacidade/necessidade de financiamento).

Keynes também considerava que se houvesse um crescimento da economia que provocasse um aumento da renda privada, devido a maiores taxas salariais, o governo poderia criar um imposto direto sobre os salários para financiar os gastos militares, em tempos de guerra, e proporcionar um nível de renda para o setor privado que fosse adequado para manter o ritmo da demanda agregada, em tempos de paz.

1.9 O SCN de James Meade e Richard Stone

Entretanto, Keynes apresentou seu modelo de contas nacionais modernas através de um conjunto de seis equações, o qual serviu de base para que James Meade e Richard Stone desenvolvessem um trabalho, apoiados pelo próprio Keynes, e apresentassem esse sistema em forma de tabelas. Foi exatamente o desenvolvimento desse sistema keynesiano, que realmente contribuiu para a sua modernização e transformação no Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas, adotado em 1953, como está disposto a seguir.

Tendo em vista a ausência de estatísticas fidedignas, Keynes utilizou o método das partidas dobradas para garantir a consistência das informações utilizadas no *How to Pay for the War*. Muitos economistas acharam importante o uso deste princípio e incentivaram a realização de estudos sobre a renda e a despesa nacionais da Inglaterra. Ainda em 1940, James Meade e Richard Stone foram destacados para desenvolverem esse estudo, apoiados pelo próprio Keynes, cabendo a Meade a coordenação e a Stone o levantamento dos dados estatísticos.

Keynes, que na época era assessor do tesouro inglês, incentivou-os para que adotassem o método das partidas dobradas nas estimativas das finanças públicas e das contas nacionais. Em 1941 esses dois autores publicaram o artigo *The Construction of Tables of National Income*,

Expenditure, Saving and Investment (A Construção das Tabelas da Renda Nacional, Gastos, Poupança e Investimentos) onde apresentaram o resultado de seu trabalho, sob a forma de sete tabelas explicando a estrutura do sistema de contas nacionais da Inglaterra. Se o sistema de Keynes fosse o pai, então esse trabalho seria a mãe das Contas Nacionais Modernas.

Esse novo sistema visava demonstrar que a estimativa das contas nacionais sobre a origem, a apropriação e o uso da renda nacional tornava possível: a compatibilização de dados estatísticos distintos; a revelação de identidades contábeis entre o produto, a renda e a despesa; e facilitava a comparação das avaliações sobre a renda nacional com outras economias mundiais.

Procurando vencer as limitações encontradas no sistema de tabelas e contando com a colaboração de Keynes, Stone dedicou-se integralmente para o aprimoramento desse sistema. Enquanto James Meade começou a trabalhar como analista econômico, passando portanto de um dos criadores para um mero usuário do sistema.

Em 1945 as Nações Unidas encomendaram a Stone um trabalho com o objetivo de difundir a metodologia da construção das contas nacionais para que pudesse ser adotada pelos países membros e dessa forma facilitar a comparação e homogeneidade dos dados entre as diversas economias internacionais . Esse trabalho culminou na preparação, em 1947, de um

relatório intitulado: Measurement of National Accounts and the Construction of Social Accounts – Report of the Sub-Committee on National Income Statistics of the Nations Committee of Statistical Experts (Medição das Contas Nacionais e a Construção das Contas Sociais – Relatório do Sub-Comitê Estatístico em Renda Nacionais do Comitê de Estatística Especializada da Liga das Nações).

Além desse trabalho, Stone foi designado para liderar um grupo de especialistas com o intuito de construir um modelo comum para os países integrantes das Nações Unidas. Esse grupo concluiu, em 1952, a primeira versão do Sistema de Contas Nacionais Modernas das Nações Unidas (SCN)⁴, que foi editada em 1953.

1.10 Os Sistemas de Contas Nacionais

As principais características do SCN de 1953 consistiam em:

- Sistema simplificado de seis contas padronizadas que descreviam os fluxos econômicos relativos à produção, consumo, acumulação de capital e transações com o exterior;
- As seis contas eram desagregadas em um conjunto de onze tabelas que permitiam identificar as relações entre os agregados econômicos;

⁴ Alguns autores preferem a expressão SNA (System National Accounting).

- As tabelas eram em forma de “Conta T ” com registros de débitos e créditos que procuravam registrar as operações realizadas entre os agentes econômicos;
- Preocupação em registrar dados em valores monetários correntes;
- Consideração apenas dos bens e serviços finais destinados à venda no mercado ; e
- Definição dos setores institucionais (empresa, família e governo).

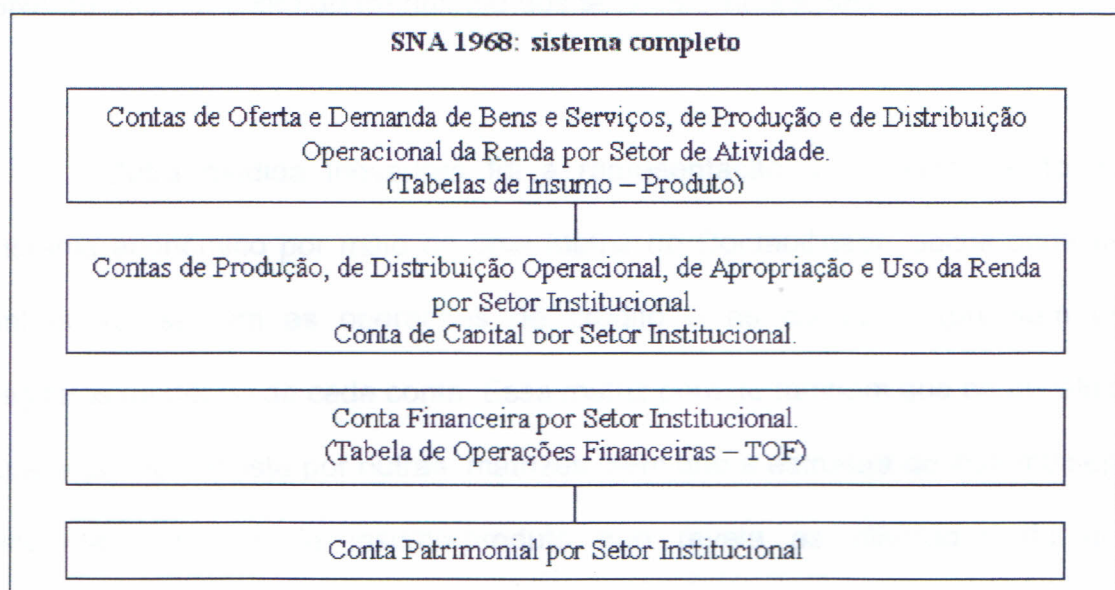
Embora alguns pontos do SCN de 1953 ficassem ofuscados, como a computação de dados a preços correntes ou os produtos das empresas públicas serem mensurados pelos valores dos materiais de consumo e pelos custos dos fatores de produção, não há dúvidas da sua grande importância para as avaliações econômicas que ele proporcionou. Principalmente, pela ênfase dada às contas nacionais para o planejamento econômico que era importante para os programas de reconstrução do pós-guerra e para os planos de desenvolvimento das economias atrasadas.

Devido a essas falhas e ao desenvolvimento das contas nacionais em vários países, o SCN foi revisado e uma nova versão foi publicada, em 1968, que consistia principalmente na inclusão de: **tabelas de insumo-produto** (visando desagregar a conta de produção em contas de entrada e saída); **quadros de fluxos de fundos** (para desagregar os empréstimos ou créditos líquidos em fluxos por setores financeiros); **contas nacionais a preços constantes** (para evidenciar as contas de rendimento e de despesa e as

contas de capital por setores institucionais); e as **contas de patrimônio** (com o intuito de evidenciar as contas de patrimônio para os setores e para a nação).

No SCN 1968 é apresentado um quadro central formado por quatro blocos de contas, interligadas entre si. Dentro desse quadro, é introduzida a Tabela de Operações Financeiras (TOF) representada no terceiro grupo, o das contas financeiras, conforme mostrado abaixo. Como se vê, essas contas tinham por função específica demonstrar como a capacidade de financiamento é empregada ou como a necessidade de financiamento é satisfeita. Ou seja, essas contas eram empregadas no sentido de evidenciar claramente a propriedade para alocação de recursos provenientes de financiamentos e, também, o grau de financiamento exigido para satisfazer essa necessidade.

QUADRO 1: TOF



O SCN de 1968 apresentou dois grandes avanços em relação ao de 1953. Primeiro por detalhar a variação líquida de passivos e a aquisição líquida de ativos financeiros, evidenciando os recursos e usos por setor institucional, devido a abertura da conta de capital e financeira. Segundo pela separação do setor financeiro de outros segmentos econômicos, o que permitiu uma análise mais aprofundada dos fluxos financeiros (dada a grande participação de bancos e outras instituições financeiras no mercado nacional).

Para facilitar o entendimento da capacidade de apropriação e utilização da renda de cada setor foram desagregadas as contas de Apropriação e de Capital. Deste modo, tornou-se fácil a distinção entre empresas financeiras, empresas não-financeiras, instituições privadas sem fins lucrativos, famílias e governo. Além disso, para propiciar o acompanhamento da evolução patrimonial da economia, ao longo do tempo, foi introduzida, no SNA de 1968, a conta de Patrimônio dos setores institucionais.

Outra medida inovadora foi a representação do funcionamento do sistema econômico por meio de uma Matriz de Contabilidade Social onde as linhas apresentam as operações de crédito e as colunas expressam os registros de débito de cada conta. Essa matriz permite também que cada célula sua seja decomposta por outras matrizes, sem que a estrutura do sistema seja alterada, como a de insumo-produto que revela as atividades de um determinado setor econômico.

Contudo, o uso e a apresentação das contas em forma de Conta T foram contestadas, devido à necessidade da obediência ao princípio contábil das partidas dobradas e, portanto, a obrigação de registrar cada operação duas vezes (débito e crédito).

Para contornar esse problema, de registros em duplicidade, foi proposta a criação do quadro de Contas Econômicas Integradas que além de registrar as operações uma única vez, ainda oferece uma visão conjuntural da economia (explicitando as contas desde a produção, os mecanismos de distribuição e uso da renda até à estimativa da formação de capital e suas formas de financiamento).

Entretanto, vários estudiosos teceram críticas em relação ao SCN de 1968. Principalmente no que se referia ao grau de complexidade da metodologia desse sistema e por algumas omissões que diziam respeito à necessidade de detalhamento das contas regionais, o que comprometia a análise e a implantação de políticas econômicas em países de grande extensão geográfica.

Desta forma, para tornar os conceitos econômicos do SCN de 1968 mais simples e evidentes foi publicada uma nova versão em 1993. Esse novo sistema trazia em seu bojo várias modificações, dentre elas:

- Maior detalhamento na definição e classificação dos setores, principalmente o segmento financeiro;
- Utilização da tabela insumo-produto como instrumento básico do quadro central do SCN e para maior coerência dos dados estatísticos;
- Sugestão da criação de séries históricas a preços constantes com base móvel, com o intuito de absorver as mudanças nos preços relativos;
- Inclusão de tabelas com dados sobre o emprego e a população;
- Mudança na metodologia com o SCN sendo composto por um corpo central de contas e por contas satélites;
- A inclusão das Contas Econômicas Integradas para interligar as contas de produção, apropriação e uso da renda, capital, financeira e de patrimônio.

O corpo central do SCN de 1993 é constituído por um grupo de tabelas e contas com registros integrados, de operações financeiras e não-financeiras, distribuídos por setores institucionais e pela natureza da atividade econômica.

Com relação às contas satélites, são registros de natureza sócio-econômica relativas ao SCN que não precisam ser expressas em valores monetários ou conterem determinadas informações que contribuam para a montagem dos subsistemas, como os da saúde e educação.

A partir de 1997, o quadro das contas econômicas integradas (CEI) é formado por um conjunto de contas de fluxos e estoques para explicar o funcionamento da economia como um todo. Cada conta contabiliza do lado esquerdo um débito que corresponde ao crédito, do lado direito, da próxima conta. Além disso, estas contas são exibidas por setores institucionais (inclusive a conta do resto do mundo) de modo a revelarem o mecanismo de geração, distribuição e apropriação da renda nacional, bem como o que é destinado dessa renda ao consumo e à poupança⁵.

Conforme quadro 2, as contas econômicas integradas permitem observar as relações entre as contas do resto do mundo, das famílias, do governo, das instituições financeiras e das empresas não-financeiras, contas de produção das atividades econômicas (bens e serviços).

⁵ Banco Central do Brasil, SCN 1993.

Contas economicas integradas - 1998

Contas	Total	Registros correspondentes a		S.1 Total da economia	S.14 Familias	S.13 Administra ção pública	S.12 Empresas financeiras	S.11 Empresas não- financeiras	Dummy financeiro	Operações e saldos	Dummy financeiro	S.11 Empresas não- financeiras	S.12 Empresas financeiras	S.13 Administra ção pública	S.14 Familias	S.1 Total da economia	registros correspondentes		Total	Contas	
		Conta de bens e serviços (recursos)	Conta do resto do mundo														Conta do resto do mundo	Conta de bens e serviços (usos)			
Contas correntes (1 000 000 R\$)																	Contas correntes (1 000 000 R\$)				
Usos																	Recursos				
1. Produção/ conta externa de bens e serviços	88 174	88 174								Importação de bens e serviços								88 174	88 174	1. Produção/ conta externa de bens e serviços	
	69 727		69 727							Exportação de bens e serviços									69 727		69 727
	1 544 370	1 544 370								Produção	843 771	77 377	185 956	437 266	1 544 370				1 544 370		1 544 370
	1 269 712	1 269 712								Produção mercantil	843 771	77 377	14 200	334 364	1 269 712				1 269 712		1 269 712
	274 658	274 658								Produção não-mercantil						171 756	102 902	274 658	274 658		
	724 250			724 250	145 833	54 993	25 954	455 466	42 005	Consumo intermediário									724 250		724 250
93 615	93 615								Impostos, liq. de subsídios, sobre							93 615		93 615			
913 735			913 735	291 433	130 964	51 422	388 305	(-) 42 005	Valor adicionado bruto/PIB (1)	(-) 42 005	388 305	51 422	130 964	291 433	913 735			913 735	913 735		
			18 448						Saldo externo de bens e serviços									18 448		2.1.1. Geração da renda	
2.1.1. Geração da renda	349 435		317	349 118	40 831	129 552	30 339	148 396	Remuneração dos empregados					349 230	349 230		205	349 435			
	251 158		317	250 841	36 453	80 918	24 389	109 082	Ordenados e salários					250 953	250 953		205	251 158			
	98 277			98 277	4 378	48 634	5 950	39 314	Cont. sociais dos empregadores					98 277	98 277			98 277			
	55 199			55 199	4 378	5 556	5 950	39 314	Contribuições sociais efetivas					55 199	55 199			55 199			
	43 078			43 078		43 078			Contribuições sociais imputadas					43 078	43 078			43 078			
	127 343			127 343	(-) 1 502	1 411	1 761	32 057	Imp. liq. de subs. s/produção e imp.	127 343				127 343				127 343			
	93 615			93 615					Imp., liq. de subsídios, sobre prodt.	93 615				93 615				93 615			
	33 727			33 727	(-) 1 502	1 411	1 761	32 057	Outros imp. liq. de subs. s/produção	33 727				33 727				33 727			
	386 929			386 929	201 759		19 323	207 852	(-) 42 005	Excédente operacional bruto	(-) 42 005	207 852	19 323		201 759	386 929			386 929		
	50 345			50 345	50 345					Rendimento misto bruto					50 345	50 345			50 345		
2.1.2. Alocação da renda primária	411 524		5 075	406 449	23 989	84 596	188 230	109 634	Rendas de propriedade	53 497	229 983	36 973	63 538	383 992			27 532	411 524			
	365 013		4 511	360 502	22 618	84 596	172 723	80 584	Juros	43 413	227 915	34 603	40 626	346 557			18 456	365 013			
	31 523		564	30 958			2 600	28 358	Dividendos e retiradas	6 775	1 954	1 642	12 219	22 590			8 933	31 523			
	144			144				144	Lucros reinv. de invest direto estrang								144	144			
	12 907			12 907			12 907		Rend. de det. de apól. Seguros	3 309	114	162	9 322	12 907				12 907			
	1 938			1 938	1 371			567	Renda da terra				567	1 371	1 938				1 938		
									Ajstmnto pelo SIFIM (serv. de interm. fin. indiret. madido)		42 005	(-) 42 005									
	891 390			891 390	640 883	79 720	19 072	151 715	Saldo das rendas primárias		151 715	19 072	79 720	640 883	891 390				891 390		
	66 328			66 328	30 275		6 090	29 962	Imp. correntes sobre a renda, patrim., etc.					66 328	66 328				66 328		
	125 452			125 452	125 452				Contribuições sociais					11 696	113 756			125 452	125 452		
82 374			82 374	82 374				Contribuições sociais efetivas					11 696	70 678			82 374	82 374			
55 199			55 199	55 199				Cont. sociais efetivas dos					4 697	50 502			55 199	55 199			
24 117			24 117	24 117				Contribuições sociais dos empregados					6 293	17 824			24 117	24 117			
3 059			3 059	3 059				Cont. sociais dos não-assalariados					707	2 352			3 059	3 059			
43 078			43 078	43 078				Cont. sociais imputadas					43 078	43 078			43 078	43 078			
137 272			137 272		131 322	5 950		Benef. sociais, exceto transf. sociais em					137 272	137 272			137 272	137 272			
85 081			85 081		79 131	5 950		Benef sociais com constít de fundos					85 081	85 081			85 081	85 081			
46 635			46 635		46 635			Benef sociais sem constít de fundos					46 635	46 635			46 635	46 635			
5 556			5 556		5 556			Benef de assist social em numerário					5 556	5 556			5 556	5 556			
99 857		3 399	96 457	5 887	63 272	11 416	15 882	Outras transferências correntes	3 909	10 743	73 188	10 183	98 022	1 834			99 857	99 857			
10 556		2	10 554	4 995	820	222	4 517	Prêmios liq de seguros não-vida					10 321	235			10 556	10 556			
10 556		235	10 321			10 321		Indenizações de seguros não-vida	3 909	371	951	5 323	10 554	2			10 556	10 556			
59 038			59 038		59 038			Transf correntes entre adm. públicas					59 038	59 038			59 038	59 038			
19 707		3 162	16 545	893	3 414	873	11 364	Transferências correntes diversas			4	13 199	4 860	18 110	1 597		19 707	19 707			
892 955			892 955	626 724	138 397	18 054	109 779	Renda disponível bruta		109 779	18 054	138 397	626 724	892 955				892 955			

continuação

Contas	Total	Registros correspondentes		S.1 Total da economia	S.14 Famílias	S.13 Administra ção pública	S.12 Empresas financeiras	S.11 Empresas não- financeiras	Dummy financeiro	Operações e saldos	Dummy financeiro	S.11 Empresas não- financeiras	S.12 Empresas financeiras	S.13 Administra ção pública	S.14 Famílias	S.1 Total da economia	Registros correspondentes		Total			
		Conta de bens e serviços (recursos)	Conta do resto do mundo														Conta do resto do mundo	Conta de bens e serviços (usos)				
2.3. Redistribuição da renda em espécie	48 271			48 271	915	47 356				Transferências sociais em espécie										48 271	48 271	2.3. Redistribuição da renda em espécie
	892 955			892 955	674 080	91 041	18 054	109 779		Renda disponível bruta ajustada		109 779	18 054	91 041	674 080	892 955					892 955	
2.4. Uso da renda	738 747			738 747	614 357	124 390				Renda disponível bruta		109 779	18 054	138 397	626 724	892 955					892 955	
	738 747			738 747	567 001	171 746				Consumo final efetivo											738 747	738 747
	14 112			14 112		6 641	7 471			Despesa de consumo final											738 747	738 747
	154 208			154 208	73 835	(-) 39 990	10 583	109 779		Ajust p/ var das part liq das fam. nos fundos de pens FGTS e PIS/PASEP					14 112	14 112					14 112	
			39 228							Poupança bruta												
										Saldo externo corrente												
Contas	Total	Registros correspondentes		S.1 Total da economia	S.14 Famílias	S.13 Administra ção pública	S.12 Empresas financei ras	S.11 Empresas não- financei ras	Dummy financei ro	Operações e saldos	Dummy financei ro	S.11 Empresas não- financei ras	S.12 Empresas financei ras	S.13 Adminis tração pública	S.14 Famí lias	S.1 Total da econo mia	Registros correspondentes		Total	Contas		
Contas de acumulação (1 000 000 R\$)										Contas de acumulação (1 000 000 R\$)												
Variações de ativos										Variações de passivos e patrimônio líquido												
3.1. Capital										Poupança bruta		109 779	10 583	(-) 39 990	73 835	154 208				154 208		
	179 484			179 484	54 033	22 309	2 026	101 116		Saldo externo corrente									39 228		39 228	
	13 951			13 951	3 790			10 161		Formação bruta de capital fixo										179 484	179 484	
						(-) 9 377		9 377		Variação de estoques										13 951	13 951	
										Aquis. Liq. de cessões de ativos não-financeiros não-produzidos												
										Transferências de capital a receber		1 443		10 054	547	12 044			4		12 048	
										Transferências de capital a pagar		(-) 795		(-) 11 101	(-) 100	(-) 11 997			(-) 51		(-) 12 048	
										Variações do patrimônio líquido		110 427	10 583	(-) 41 037	74 281	154 255			39 181		193 436	
										resultantes de poupança e da transferência de capital												
				39 181	(-) 39 181	16 458	(-) 53 969	8 557	(-) 10 226	Capacidade(+) / Necessidade(-) líquida de financiamento												

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

(1) Para o total da economia, este saldo corresponde ao produto interno bruto (PIB), que é igual ao valor adicionado dos setores institucionais acrescido dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. (2) A soma dos setores institucionais difere do total da economia por estar incluído, nesta coluna, os impostos sobre o produto. (3) Para o total da economia, o saldo das rendas primárias brutas corresponde à Renda Nacional Bruta.

A ligação entre a CEI e a matriz de insumo-produto é realizada pela conta de produção. Deste modo foi criada a Tabela de Insumo-Produto (TIP), mais divulgada como Tabela de Recursos e Usos de Bens e Serviços (TRU), que tem o propósito de permitir análises mais detalhadas do processo produtivo, desagregando-os por produtos (quadro 3).

De uma forma simplificada pode-se demonstrar que o SCN de 1993 é estruturado em quatro contas, as quais são:

1. Conta Produto Interno Bruto
2. Conta Renda Nacional Disponível Líquida
3. Conta Transações Correntes com o Resto do Mundo
4. Conta de Capital

Na Conta Produto Interno Bruto (produção) apresenta, no lado esquerdo (débito), o somatório dos salários, excedente operacional bruto e impostos indiretos com a subtração dos valores dos subsídios. O resultado dessa operação é o Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado.

Quadro 3 Tabela de recursos e usos - 1998

I - Tabela de recursos de bens e serviços

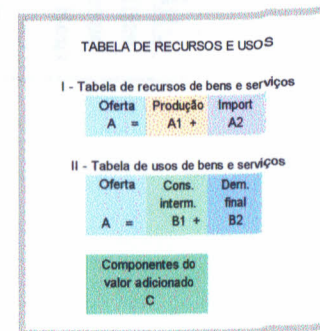
Descrição do produto	Oferta de bens e serviços					Produção das atividades														Total da economia	Importação	
	Oferta total a preço de consumidor	Margem de comércio	Margem de transporte	Impostos	Oferta total a preço básico	Agropecuária	Extrativa mineral	Transformação	Serviços industriais de utilidade pública	Construção civil	Comércio	Transporte	Comunicações	Instituições financeiras	Aluguéis	Administração pública	Outros serviços	Dummy financeiro	Total da atividade		Import. s/emiss. de câmbio	Import bens e serviços
Agropecuária	121 617	8 972	2 387	2 790	107 468	103 257		744								612			104 613		2 855	
Extração mineral	20 405	109	1 855	434	18 007	26	13 266	992											14 284		3 723	
Transformação	746 521	64 420	9 584	72 083	600 434	7 793	139	499 417			20 900	5	334			5 222	268		534 077		66 357	
Serviços industriais de utilidade pública (SIUP)	48 621			3 999	44 622				12	1 727				41 745					43 485		1 137	
Construção civil	138 922				507	138 414							138 414						138 414			
Comércio	10 661	(-)	73 501		213	83 950		4	19				22	82 899				28	404		573	
Transporte	44 852		(-)	13 827	1 841	56 837					167	55 009						28	55 204		1 634	
Comunicações	24 777				2 404	22 372							22 258						22 258		115	
Instit. financeiras	83 358				3 832	79 526								79 299					79 299		227	
Aluguéis	132 228				4	132 224		45	1 246		1 495	467		363	128 066	265	269		132 216		7	
Adm. pública	171 756					171 756										171 756			171 756			
Outros serviços	182 443				5 509	176 934			61	225	5 905	1 328	48			8 045	149 775		165 387		11 547	
Operações c/ ext s/ emiss. de câmbio																					2 721 (-) 2 721	
Total	1 726 160				93 615	1 632 544	111 076	13 466	504 206	41 971	138 436	111 366	56 809	22 639	79 663	128 066	185 956	150 717	1 544 370	2 721	85 453	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

II - Tabela de usos de bens e serviços

Descrição do produto	Oferta total a preço de consumidor	Margem de comércio	Margem de transporte	Impostos	Oferta total a preço básico	Consumo intermediário das atividades														Total da economia	Demanda final							
						Agropecuária	Extrativa mineral	Transformação	Serviços industriais de utilidade pública	Construção civil	Comércio	Transporte	Comunicações	Instituições financeiras	Aluguéis	Administração pública	Outros serviços	Dummy financeiro	Total da atividade		Export s/emiss. de câmbio	Export bens e serviços	Cons. da adm pública	Cons. das famílias	Form bruta capt. fixo	Variacão de estoque	Demanda final	Demanda total
Agropecuária	121 617					18 394	14	57 727	14							2 087	2 148		80 384		3 084					41 233	121 617	
Extração mineral	20 405					413	898	13 813	67	600									15 791		4 601				13	4 614	20 405	
Transformação	746 521					20 497	3 296	216 789	2 416	45 457	25 298	17 927	2 648	1 796	306	15 612	35 862		387 904		53 625			247 186	48 707	9 099	358 616	746 521
Serviços industriais de utilidade pública (SIUP)	48 621					447	547	8 196	14 122	159	1 531	240	244	431	196	3 531	1 732		31 377							17 243	48 621	
Construção civil	138 922					4	112	906	147	5 185	292	319	182		3 960	1 096	491		12 692						126 229	138 922		
Comércio	10 661					156	261	7 262		151	1 645					680			10 154				507			507	10 661	
Transporte	44 852					1 107	327	5 613	106	163	3 823	5 552	536	906	4	1 472	549		20 158		2 783		21 911			24 694	44 852	
Comunicações	24 777					35	126	3 535	92	284	2 148	774	272	1 657	53	1 517	1 614		12 106		180		12 490			12 671	24 777	
Instituições financeiras	83 358					652	733	6 186	637	542	2 585	1 365	483	7 431	220	1 476	1 022	42 005	65 337		467		17 553			18 021	83 358	
Aluguéis	132 228					18	120	2 019	330	208	4 821	463	287	1 404	54	1 173	972		11 869		13		120 346			120 359	132 228	
Adm pública	171 756																		76 477				171 746		10	171 756	171 756	
Outros serviços	182 443					1 427	1 354	10 201	1 293	2 483	10 240	2 336	2 142	12 330	114	26 348	6 209		76 477		4 467		99 447	2 052		105 966	182 443	
Operações c/ext s/ emiss. de câmbio																												
Total	1 726 160					43 148	7 788	332 248	19 224	55 232	52 382	28 975	6 794	25 954	4 906	54 993	50 601	42 005	724 250		355 (-) 355		171 746	567 001	179 484	13 951	1 001 909	1 726 160
Vlr. adcnado bruto (PIB)						Componentes do valor adicionado																						
Remunerações	9 061	1 711	51 235			67 928	5 678	171 958	22 747	83 204	58 984	27 834	15 845	53 708	123 160	130 964	100 115	(-)	42 005	820 120		913 735					349 118	
Salários	7 706	1 134	38 502			9 061	1 711	51 235	12 084	9 979	29 303	13 907	4 057	30 565	1 565	129 552	56 098		349 118								250 841	
Contrb sociais efetivas	1 355	577	12 732			1 355	577	12 732	3 944	1 940	6 357	3 261	1 195	5 950	247	5 556	12 084		55 199								55 199	
Prev. oficial /FGTS	1 350	330	11 741			1 350	330	11 741	2 525	1 928	6 327	3 054	812	4 797	247	5 392	11 998		50 502								50 502	
Previdência privada	5	247	992			5	247	992	1 419	12	30	207	382	1 153		164	86		4 697								4 697	
Contrb sociais imputadas																43 078			43 078								43 078	
Excdnte oprcnrl bruto inclusive rendimto de autônm						60 465	3 474	102 910	9 026	69 667	26 460	13 054	10 958	21 383	120 929				40 952	(-)	42 005	437 274					437 274	
Rendimento de autônomos						315	119	3 254		4 656	16 275	5 875		2 286	481				17 085								50 345	
Excdnte oprcnrl bruto (EOB)						60 150	3 356	99 656	9 026	65 012	10 185	7 180	10 958	19 097	120 448				23 867	(-)	42 005	386 929					386 929	
Imp liq de subs / produção e importação						93 615				(-) 1 598	493	17 813		1 636	3 557	3 221	872	830	1 761	666	1 411	3 065					33 727	127 343
Imp liq s/ produtos						93 615																					93 615	
Outros imp s/ produção							3	493	18 304	1 720	3 734	3 637	1 687	879	1 761	666	1 411	3 065		37 359							37 359	
Outros subs à produção						(-) 1 601		(-) 490	(-) 84	(-) 177	(-) 416	(-) 814	(-) 49						(-) 3 632	(-)	3 632						(-) 3 632	
Valor da produção						111 076	13 466	504 206	41 971	138 436	111 366	56 809	22 639	79 663	128 066	185 956	150 717		1 544 370								1 544 370	
Pessoal ocupado						13 148	229	7 338	252	3 912	8 852	2 413	165	693	258	5 210	16 566		59 035								59 035	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.



QUADRO 4: Conta Produto Interno Bruto

<u>Débito</u>	<u>Crédito</u>
7. Salários	1. Consumo das Famílias
8. Excedente Operacional Bruto	2. Consumo do Governo
9. Impostos Indiretos	3. Investimentos em Bens de Capital
10. (-) Subsídios	4. Variação de Estoques
	5. Exportações de Bens e Serviços não-fatores
	6. (-) Importações de Bens e Serviços não-Fatores
Produto Interno Bruto p m	Despesa Interna Bruta p m

Fonte: Lopes e Vasconcellos

- Excedente Operacional Bruto equivale ao somatório dos juros, aluguéis e lucros, ou seja é o valor total do PIB a custo de fatores deduzido do valor total pago em salários. Considerando que:

$$\text{Renda Agregada} = \text{salários} + \text{juros} + \text{lucros} + \text{aluguéis}$$

Do lado direito (crédito) temos o somatório dos valores referentes ao: consumo das famílias, consumo do governo, investimentos em bens de capital (formação bruta do capital), variação dos estoques, exportações de bens e serviços não-fatores e importações de bens e serviços não-fatores. Sendo esta última deduzida do somatório das demais. Deste modo, é calculado o valor da Despesa Interna Bruta a preços de mercado.

A Conta Renda Nacional Líquida disponível (apropriação), descreve, no lado do débito, o consumo das famílias e do governo e o saldo da poupança interna que juntos formam a Utilização da Renda Nacional Disponível Líquida.

QUADRO 5: Renda Nacional Disponível Líquida

<u>Débito</u>	<u>Crédito</u>
1. Consumo das Famílias	7. Salários
2. Consumo do Governo	8. Excedente Operacional Bruto
14. Saldo: Poupança Interna	9. Impostos Indiretos
	10. (-) Subsídios
	11. (-) Depreciação
	12. (-) Renda Enviada ao Exterior
	13. Renda Recebida do Exterior
Utilização da RNLD	Apropriação da RNLD

Fonte: Lopes e Vasconcellos

No lado do crédito, as rendas recebidas pelas famílias e pelo governo, a dedução dos subsídio e da depreciação e o resultado líquido das transferências com o exterior que resultam na Apropriação da Renda Nacional Disponível Líquida.

Na Conta Transação com o Resto do Mundo, são registrados, a débito, os gastos dos não residentes com bens e serviços produzidos no território nacional (exportações de bens e serviços não-fatores), as rendas provenientes do exterior e o saldo da poupança externa que constituem a Utilização dos Recebimentos Correntes.

QUADRO 6: Conta Transações com o Resto do Mundo

<u>Débito</u>	<u>Crédito</u>
5. Exportações de Bens e Serviços não-fatores	6. Importações de Bens e Serviços não-fatores
13. Renda Recebida do Exterior	12. Renda Enviada ao Exterior
15. Saldo: Poupança	
Utilização Rcbtos. Correntes	Recebimentos Correntes

Fonte: Lopes e Vasconcellos

A crédito são registradas as importações de bens e serviços não-fatores feitas por residentes e os pagamentos e transferências enviados ao exterior que compõem os Recebimentos Correntes.

A conta de Capital tem a finalidade de consolidar o sistema de contas.

Nela são lançados os gastos com a formação de capital, inclusive a depreciação, para que seja encontrado o valor do Total da Formação de Capital.

No lado do crédito, é lançado o valor da fonte de recursos para investimentos (Recebimentos Correntes).

QUADRO 7: Conta Capital

<u>Débito</u>	<u>Crédito</u>
3. Investimentos em Bens de Capital 4. Variação de Estoques 11. (-) Depreciação	14. Poupança Interna 15. Poupança Externa
Total da Formação de Capital	Financiamento da Formação de Capital

Fonte: Lopes e Vasconcellos

Complementando estas contas, há a Conta Corrente da Administrações Públicas que mostra a participação do governo na geração da renda e do produto. Localizam-se, no lado do débito, todas as contas que contribuem para a formação da Utilização da Receita Corrente.

QUADRO 8: Conta Corrente das Administrações Públicas

Débito	Crédito
<ul style="list-style-type: none"> -Consumo Final das Administrações Públicas -Subsídios -Transferências de Assistência e Previdência -Juros da Dívida Pública -Saldo: Poupança em Conta Corrente do Governo 	<ul style="list-style-type: none"> - Impostos Indiretos - Impostos Diretos - Outras Receitas Correntes Líquidas do Governo
Utilização da Rec. Corrente	Total da Receita Corrente

Fonte: Lopes e Vasconcellos

No lado do crédito, são registrados os impostos e as outras receitas líquidas do governo. Portanto, o total da Receita Corrente.

Como se percebe, o SCN de 1993 ainda apresenta algumas falhas, pois não considera os custos com a devastação dos recursos naturais, não utiliza subsistemas de contas regionais integrados às contas nacionais e não considera os gastos com pesquisa e desenvolvimento como investimento.

CAPÍTULO 2

O Sistema de Contas Nacionais do Brasil

Este capítulo dispõe sobre o Sistema de Contas Nacionais do Brasil, principalmente sobre definições das identidades contábeis, considerações sobre suas particularidades e seus fundamentos macroeconômicos.

2.1 A Contabilidade Nacional Brasileira

O Sistema de Contas Nacionais do Brasil⁶, que atualmente é divulgado pelo IBGE, é constituído pelas contas de Produto Interno Bruto, Conta Renda Nacional Disponível Bruta, Conta de Capital e Conta de Transações com o Resto do Mundo. Além dessas contas, mas sem haver relação com elas, há a Conta Corrente das Administrações Públicas que é utilizada para o cálculo do total da receita corrente e a sua utilização.

Para análise das contas nacionais do Brasil deve-se levar em consideração que a Conta Renda Nacional Disponível está em termos brutos devido não ser calculado o valor da depreciação; com a falta dessa informação também não há como distinguir entre o produto e o investimento bruto e líquido; a poupança privada é obtida através da subtração da poupança do governo (extraída da conta corrente das administrações públicas) da poupança interna (ou poupança bruta); o consumo das famílias é obtido pelo resíduo da

⁶ Lopes e Vasconcellos (2000: pag. 37).

conta do PIB após ser calculado todos os outros itens. Por sua vez, a variação dos estoques não é calculada, desde 1986, e desse modo seu valor acaba sendo englobado pelo item de consumo das famílias.

Abaixo estão as contas do Sistema de Contas Nacionais do Brasil de acordo com o que é apresentado pelo IBGE.

QUADRO 9: Conta Produto Interno Bruto

<u>Débito</u>	<u>Crédito</u>
1.1 PIB a custo de fatores (2.4)	1.4 Consumo das Famílias (2.1)
1.1.1 Remuneração dos empregados (2.4.1)	1.5 Consumo Final das Administrações Públicas (2.2)
1.1.2 Excedente Operacional Bruto	1.6 Formação Bruta de Capital Fixo (3.1)
1.2. Tributos Indiretos (2.7)	1.7 Variação de Estoques (3.2)
1.3 (-) Subsídios (2.8)	1.8 Exportações de Bens e Serviços (4.1)
	1.9 (-) Importações de Bens e Serviços (4.5)
Produto Interno Bruto	Dispêndio Correspondente ao PIB

Fonte: Lopes e Vasconcellos

A abordagem do PIB sob a ótica da produção engloba os valores dos bens e serviços finais produzidos no país, os impostos sobre os produtos e o consumo intermediário.

A análise do PIB na ótica da renda considera a renda nacional como sendo composta pela remuneração dos fatores de produção empregados no processo de produtivo (trabalho, capital e terra). Ou seja, considera os ganhos

obtidos por salários, juros, lucros e rendas de propriedades. Incluem-se em rendas de propriedades as rendas com aluguéis, as receitas do governo (tributos) e as rendas provenientes de investimentos no exterior.

Sob a ótica da despesa, o SCN considera a parcela da renda nacional empregada na compra de bens e serviços finais como o consumo das famílias, o consumo do governo, a formação do capital e o saldo da balança comercial.

Na ótica da renda são considerados os valores pagos em salários e contribuições sociais (efetivas e imputadas), os rendimentos de autônomos, o excedente operacional bruto e os impostos já deduzidos dos valores destinados aos subsídios sobre a produção e a importação.

QUADRO 10: Conta Transações Correntes com o Resto do Mundo

Débito	Crédito
4.1 Exportações de Bens e Serviços (1.8)	4.5 Importações de Bens e Serviços (1.9)
4.2 Remuneração de Empregados Recebida do Resto do Mundo (2.5 + 4.6)	4.6 Remuneração de Empregados Paga ao Resto do Mundo (4.2 - 2.5)
4.3 Outros Rendimentos Recebidos do Resto do Mundo (2.6 + 4.7)	4.7 Outros Rendimentos Pagos ao Resto do Mundo (4.4 - 2.9)
4.4 Transferências Unilaterais Recebidas do Resto do Mundo (2.9 + 4.8)	4.8 Transferências Unilaterais Pagas ao Resto do Mundo (4.4 - 2.9)
	4.9 Saldo das Transações Correntes com o Resto do Mundo (3.4)
Recebimentos Correntes	Utilização Recebimentos Correntes

Fonte: Lopes e Vasconcellos

Os itens da conta transações correntes com o resto do mundo são levantados pelo Banco Central, que converte em reais as apurações

contabilizadas no balanço de pagamentos. Detalhando, desta forma, os saldos da balança comercial e os saldos das contas de transferências internacionais de recursos financeiros (remuneração de empregados, rendimentos, viagens, transferências unilaterais e transações correntes com o resto do mundo).

QUADRO 11: Conta Renda Nacional Disponível Bruta

Débito	Crédito
2.1 Consumo das Famílias (1.4)	2.4 PIB a custo de fatores (1.1)
2.2 Consumo Final das Administrações Públicas (1.5)	2.4.1 Remuneração dos Empregados (1.1.1)
2.3 Poupança Bruta (ou Poupança Interna) (3.3)	2.4.2 Excedente Operacional Bruto (1.1.2)
	2.5 Remuneração de Empregados, Líquida Receb. do Resto do Mundo (4.2 - 4.6)
	2.6 Outros Rendimentos Líquidos Recebidos do Resto do Mundo (4.3 - 4.7)
	2.7 Tributos Indiretos (1.2)
	2.8 (-) Subsídios (1.3)
	2.9 Transferências Unilaterais Líquidas Recebidas do Resto do Mundo (4.4 - 4.8)
Utilização da RNLD	Apropriação da RNLD

Fonte: Lopes e Vasconcellos

A conta de renda nacional engloba todas as rendas geradas pelo PIB, as recebidas do exterior e os tributos indiretos. Dessa conta são deduzidos os valores referentes ao consumo final (consumo das famílias e da administração pública), aos subsídios e à poupança interna. No Brasil, a poupança interna (também chamada de poupança bruta), o SCN não discrimina a parcela da poupança que pertence ao governo da parcela que é do setor privado. Deste modo, para que a poupança do setor privado seja conhecida é necessário que

seja subtraída da poupança interna a parcela da poupança do governo, a qual pode ser extraída da conta corrente das administrações públicas. Convém ressaltar que a poupança do governo se refere apenas às transações correntes, excluindo dessa rubrica os gastos do setor público com bens de capital (juros, amortizações de empréstimos etc.).

QUADRO 12: Conta de Capital

<u>Débito</u>	<u>Crédito</u>
3.1 Formação Bruta do Capital Fixo (1.6)	3.3 Poupança Bruta (2.3)
3.1.1 Construção	3.4 (-) Saldo em Transações Correntes com o Resto do Mundo (4.9)
3.1.1.1 Administrações Públicas	
3.1.1.2 Empresas e Famílias	
3.1.2 Máquinas e Equipamentos	
3.1.2.1 Administrações Públicas	
3.1.2.2 Empresas e Famílias	
3.1.3 Outros	
3.2 Variação de Estoques (1.7)	
Acumulação Interna Bruta	Financiamento da Acumulação Interna Bruta

Fonte: Lopes e Vasconcellos

A conta de capital contempla o saldo da poupança interna deduzido do saldo das transações correntes com o resto do mundo, dos investimentos (máquinas, equipamentos e construções) e da variação de estoques. A formação bruta do capital fixo é avaliada de duas formas diferentes, dependendo do ano em análise. Para os anos em que há Recenseamento, estima-se com base nas informações constantes nos Censos os valores das edificações e das máquinas e equipamentos adquiridos. Para os anos sem

Recenseamento, a série é desenvolvida através da interpolação de um índice que combina os valores das importações de bens de capital com o consumo de certos materiais básicos.

Com relação à conta corrente das administrações públicas, são contabilizadas todas as receitas governamentais (tributos e transferências de receitas) e são deduzidos o saldos provenientes das despesas correntes do governo (gastos com consumo do governo, salários de funcionários públicos, investimento público, subsídios, pagamento de juros e transferências de assistência e previdência).

QUADRO 13: Conta Corrente das Administrações Públicas

<u>Débito</u>	<u>Crédito</u>
8.1 Consumo Final das Administrações Públicas	8.6 Impostos Indiretos
8.1.1 Salários e Encargos	8.7 Impostos Diretos
8.1.2 Outras Compras de Bens e Serviços	8.8 Outras Receitas Correntes Líquidas
8.2 Subsídios	8.8.1 Outras Receitas Correntes Brutas
8.3 Transferências de Assistência e Previdência	8.8.2 (-) Outras Despesas de Transferência
8.4 Juros da Dívida Pública Interna	8.8.2.1 Transferências Intra-governamentais
8.5 Poupança em Conta Corrente do Governo	8.8.2.2 Transferências Inter-governamentais
	8.8.2.3 Transferências ao Setor Privado
	8.8.2.4 Transferências ao Exterior
Total da Utilização da Receita	Total da Receita Corrente

Fonte: Lopes e Vasconcellos

PIB pm Produto Interno Bruto a preços de mercado

(-) II Imposto Indiretos

(+) Sub Subsídios

PIB cf Produto Interno Bruto a custo de fatores

(-) Dep Depreciação

PIL cf Produto Interno Líquido a custo de fatores

Em que:

PIB pm Produto Interno Bruto a preços de mercado

(-) RLEE Renda Líquida Enviada ao Exterior

PNB pm Produto Nacional Bruto a preços de mercado.

2.3 Considerações:

Igualmente importante são as considerações feitas por Simonsen⁷ sobre alguns problemas de mensuração da contabilidade nacional brasileira. Segundo o autor, devido a deficiência de informações estatísticas, dois itens de relevante importância do SCN do Brasil são estimados como resíduos, os quais são: o consumo pessoal e a poupança líquida privada. O consumo pessoal é avaliado como resíduo da conta de produção. A poupança líquida privada é estimada com base na conta consolidada de capital. Tendo em vista que os

⁷ Simonsen (1982: pag. 111).

saldos em conta-corrente do Governo e do balanço de pagamentos também são residuais, o sistema fica comprometido por não se ter a real noção da grandeza dos erros e omissões cometidos nestas estimativas.

Além disso, continua o autor, há certas dúvidas quanto ao que se deve ou não incluir nas contas agregadas quando se estabelecem conceitos de produto, renda e despesa. Para dirimir estas dúvidas, geralmente as decisões finais apelam para uma mistura de três conceitos: o conceito da praticabilidade da apuração estatística, o conceito teórico do agregado e a uma margem arbitrária de convencionalismo.

Simonsen (1982) cita alguns outros problemas sobre essa matéria. Como exemplo há vários tipos de transações que dão origem a rendimentos pessoais mas que não são incluídas no produto nacional, como é o caso das rendas de atividades ilegais, transferências (aposentadorias, pensões, mesadas dos filhos, etc.) e os ganhos de capital (lucros com vendas de imóveis e valorizações de ativos). As rendas de atividades ilegais, como tráfico de drogas prostituição, contrabando etc., não são incluídas no cômputo por serem de difícil avaliação estatística e por serem atividades nocivas à sociedade. Os ganhos de capital não são computados por significarem apenas uma modificação no sistema de preços e não se referirem diretamente a produção de bens e serviços. Quanto às transferências, há uma convenção que não as considera suficientemente expressiva ao ponto de influenciar o total da Renda Pessoal.

Em compensação, há várias outras transações, que são ligadas à produção de bens e serviços, que devem ser incluídas no cálculo do produto apesar de não passarem pelo mercado. Como exemplos são citados os pagamentos em mercadorias, habitação e alimentação a empregados; a produção agrícola de subsistência; o valor de locação das moradias próprias; o valor dos serviços prestados por donas de casas e por membros de entidades filantrópicas. As convenções variam de país para país e no Brasil não são imputados quaisquer valores aos serviços prestados por voluntários.

Outro problema diz respeito a consideração de que todas as estimativas da contabilidade nacional se baseiam no sistema de preços. Porém, não necessariamente esse sistema de preços é capaz de medir o bem-estar social por envolver distorções. Pode-se citar, como exemplo disso, que o preço de um determinado bem pode ser indesejavelmente inflacionado pela prática de monopólio, ou que parte dos funcionários públicos, cujos salários entram no produto nacional, não estejam produzindo por se encontrarem de licença, em disponibilidade ou acumulando aposentadorias.

Outro aspecto levantado é que as estatísticas incluem como serviços finais, do produto nacional, o transporte dos indivíduos ao local de trabalho. Enquanto, na realidade, esses gastos deveriam ser tratados como consumos intermediários.

CAPÍTULO 3

Análises das Contas do PIB

Neste capítulo serão analisadas as contas do PIB sob as óticas da despesa e da renda, será calculado o multiplicador do investimento, para revelar em quanto a formação bruta do capital está contribuindo para aumentar o PIB brasileiro, e apresentadas as conclusões. Para melhor compreensão das análises é indispensável a consulta constante da tabela 1.

3.1 PIB Sob a Ótica da Despesa

De acordo com os dados da tabela de crescimento percentual das contas do PIB a preços constantes (tabela 1), analisando o PIB sob a ótica da despesa, e através do gráfico 01, vê-se claramente que o Consumo Final apresentou um crescimento entre os anos de 1990 e 1991, tendo em vista o curto período de inflação baixa e pela abertura da economia que motivaram um aumento do consumo das famílias capaz de compensar e superar a queda do consumo da administração pública. Apesar da forte retração do mercado monetário causado pela escassez de liquidez, com o bloqueio de ativos financeiros, promovido pelo Plano Brasil Novo (Plano Collor), os preços estáveis, a concorrência entre produtos nacionais e estrangeiros e a expansão

Tabela 1 - Composição do Produto Interno Bruto sob as três óticas e a preços constantes- 1990-2000

Valor percentual de cada conta em relação ao PIB											
Componentes do PIB a preços constantes	Valor (1 000 000 R\$)										
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
A - Ótica da produção											
Produto Interno Bruto	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Produção	193,17	184,82	198,43	207,89	187,05	172,29	169,91	169,86	170,06	176,89	182,12
Impostos sobre produtos	14,00	12,16	11,80	10,36	11,45	11,51	10,77	10,37	10,22	10,75	10,99
Consumo intermediário (-)	107,17	96,98	110,24	118,26	98,50	83,80	80,68	80,23	80,27	81,26	93,10
B - Ótica da despesa											
Produto Interno Bruto	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Consumo final	78,60	79,47	78,58	77,75	77,50	79,48	80,99	80,87	81,06	81,26	79,88
Consumo das famílias	59,30	61,57	61,52	60,08	59,64	59,88	62,50	62,67	61,93	61,98	60,62
Consumo da administração pública	19,29	17,90	17,06	17,66	17,87	19,60	18,49	18,20	19,13	19,28	19,26
Formação bruta de capital	20,17	19,77	18,93	20,85	22,15	22,29	20,92	21,50	21,12	20,27	21,73
Formação bruta de capital fixo	20,66	18,11	18,42	19,28	20,75	20,54	19,26	19,86	19,69	19,10	19,44
Variação de estoque	(0,49)	1,66	0,51	1,56	1,40	1,74	1,66	1,64	1,43	1,17	2,30
Exportação de bens e serviços	8,20	8,68	10,87	10,50	9,51	7,72	6,99	7,51	7,42	10,39	10,81
Importação de bens e serviços (-)	6,96	7,91	8,39	9,10	9,16	9,49	8,90	9,88	9,60	11,93	12,42
C - Ótica da renda											
Produto Interno Bruto	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Remuneração dos empregados	45,34	41,63	43,50	45,05	40,09	38,24	38,54	37,46	38,88	38,20	37,89
Salários	36,39	32,01	34,63	35,91	31,98	29,62	28,80	27,79	28,14	27,25	26,51
Contribuições sociais efetivas	4,74	5,48	5,53	5,79	4,63	4,67	5,82	5,75	6,04	6,09	6,21
Contribuições sociais imputadas	4,23	4,16	3,38	3,44	3,50	3,98	3,92	3,92	4,69	4,83	5,16
Rendimento de autônomos (rendimento misto)	6,93	7,01	6,26	6,31	5,71	5,90	5,69	5,58	5,59	5,28	5,09
Excedente operacional bruto	32,56	38,49	38,03	35,38	38,40	40,27	40,97	42,77	41,57	40,50	40,53
Impostos líquidos de subsídios sobre a produção e importação	15,14	12,85	12,18	13,18	15,78	15,56	14,80	14,19	13,98	16,06	16,50

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

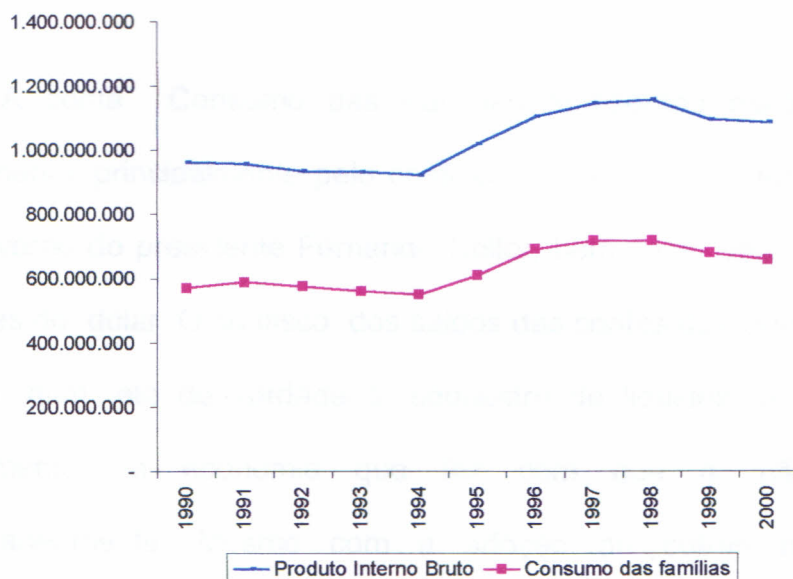
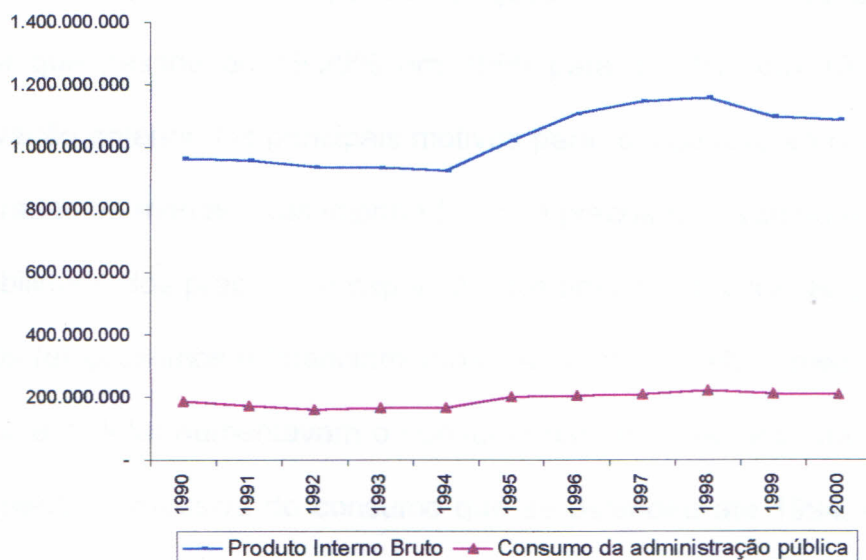
do crédito pessoal foram capazes de alavancar o consumo das famílias a um nível suficiente para influenciar substancialmente a conta de Consumo Final.

Além disso, é necessário considerar a magnitude e o peso que o consumo das famílias tem na economia brasileira porque o volume financeiro de 1% de aumento na conta Consumo da Famílias é bem maior que o aumento de 1% na conta Consumo da Administração Pública.

GRÁFICO 01: Consumo Final x PIB



Enquanto o consumo final aumentou de 78,60% em 1990 para 79,47% do PIB, em 1991, o consumo das famílias (gráfico 02) aumentou de 59,30% para 61,57% e o consumo da administração pública (gráfico 03) caiu de 19,29% para 17,90% no mesmo período.

GRÁFICO 02: Consumo das Famílias x PIB**GRÁFICO 03: Consumo da Administração Pública x PIB**

A partir de 1992 a conta Consumo Final registrou uma forte contração que durou até 1994, quando apresentou aumentos a partir de 1995, mantendo-se em torno dos 80% do PIB até o final da década.

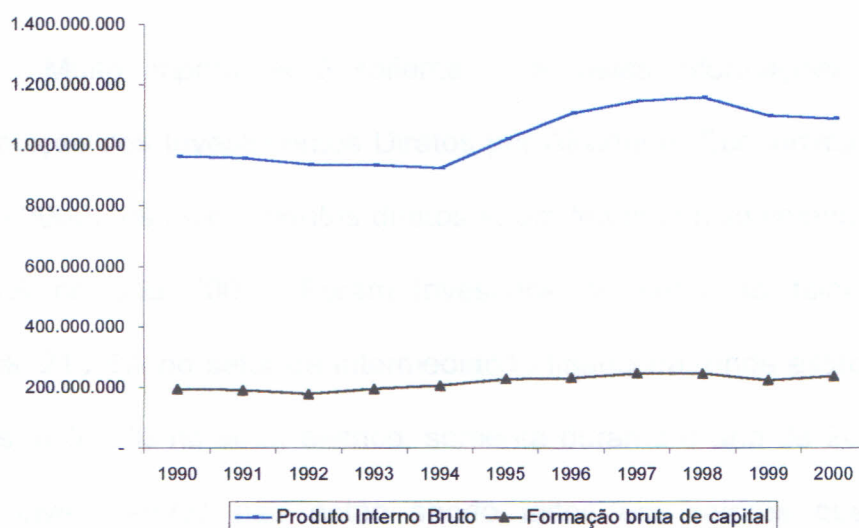
A conta Consumo das Famílias apresentou maiores oscilações, determinadas principalmente pelo confisco de recursos monetários promovido pelo governo do presidente Fernando Collor, bem como pela inflação e pelas variações do dólar. O confisco dos saldos das contas dos cidadãos brasileiros resultou num ato de verdadeiro seqüestro de liquidez e com isso um enxugamento da economia que fez com que a inflação baixasse momentaneamente. Mesmo com a adoção de outras medidas (fiscal, monetário-financeira, cambial e de controle de preços e salários) para controlar a inflação o governo não foi capaz de inibir o aumento do consumo por parte das famílias até o ano de 1991, quando esta conta registrou a participação de 61,57% do PIB o que compensou a queda do consumo da administração pública que passou de 19,29% em 1990 para 17,90% em 1991, conforme observação anterior. Os principais motivos para o incentivo ao consumo foram as entradas de mercadorias importadas com preços relativamente mais baixos, a estabilidade dos preços e a expansão dos limites e prazos de concessão de créditos (empréstimos e financiamentos). A partir de 1992 à medida em que a inflação e o dólar aumentavam o consumo das famílias diminuía, acarretando uma queda progressiva do consumo que se estendeu até 1994, quando esta conta representava somente 59,64% do PIB. Com a estabilidade de preços e o câmbio subvalorizado, a partir de 1994, houve um aumento significativo que se manteve até o final de 1997 quando sua participação chegou a ser 62,67% do

PIB. Com a implantação da política de taxas de juros altos, em 1998, o consumo das famílias apresentou um declínio contínuo e em 2000 a sua participação representava 60,62% em relação ao PIB.

Com relação a conta Consumo da Administração Pública (gráfico 03), a mesma apresentou uma redução de 19,29% do PIB em 1990 para 17,06% em 1992 motivada principalmente pelos cortes de gastos públicos em obras e serviços; diminuição da máquina administrativa; incentivos à demissão voluntária ou aposentadoria proporcional de servidores públicos, muitos destes foram postos em disponibilidade; extinção de empresas públicas, tais como a COBAL, CIBRAZEM, EMBRAFILM, e a SUNAB; e pelo início das privatizações das empresas estatais. De 1993 até 1995 houve um aumento dos gastos públicos que saltaram de 17,66% para 19,60%, respectivamente. Com a implantação da reforma da administração pública, em 1995, que consistia em centralizar os gastos do governo federal, reduzir as despesas com pessoal, saúde, educação, obras de infra-estrutura e principalmente em equilibrar as contas do governo gerando maior superávit primário, a participação do consumo do governo caiu para 18,49% em 1996 e 18,20% em 1997. A partir de 1998 o consumo começou a reagir e chegou a 19,26% em 2000.

Com referência à conta Formação Bruta de Capital (gráfico 04), que é constituída pelas contas Formação Bruta de Capital Fixo e Variação de Estoque, esta iniciou a década de 90 com uma queda acentuada dos investimentos. Essa redução das taxas de investimentos diretos foi tão elevada que em 1992 essa conta representava apenas 18,93% do PIB, enquanto em 1990 sua participação era de 20,17%.

GRÁFICO 04: Formação Bruta de Capital x PIB



A formação bruta do capital começou a aumentar a partir de 1993 e alcançou o seu pico máximo de 22,29% do PIB em 1995. Em 1996, houve um decréscimo e os investimentos chegaram a 20,92% do PIB, passando para 21,50% em 1997. Com a crise da Rússia, em 1998, ocorreu uma crise de desconfiança das economias emergentes que atingiu o Brasil no início de 1999.

A participação da formação bruta de capital que era 21,12% em 1998 passou para 20,27% em 1999. Considerando que os estoques variaram 0,26%, no mesmo período, o que contribuiu para o decréscimo da formação bruta de

capital de 21,50%, em 1997, para 20,27% em 1999 . Com as medidas adotadas pelo governo brasileiro e principalmente pelo Banco Central do Brasil (desvalorização cambial, acordo com o Fundo Monetário Internacional, implantação dos regimes de câmbio flutuante e de metas de inflação) os investidores internacionais se acalmaram e a taxa de investimento subiu para 21,73% em 2000. Contudo a formação bruta de capital se manteve praticamente estável em torno dos 20% do PIB durante a década de 90.

Muito importante é salientar que, pelas informações da tabela 2 (Distribuição dos Investimentos Diretos por Atividade Econômica no período 1995 – 2000), os investimentos diretos foram feitos principalmente em serviços (80,80% no ano 2000). Foram investidos no setor de telecomunicações 36,47%, 21.26% no setor de intermediação financeira, onde estão incluídos os bancos, e 9,95% no setor elétrico, somente durante o ano de 2000. Portanto, esses investimentos não estão sendo feitos em setores que contribuam diretamente para o aumento das exportações brasileiras.

Tabela 2**BANCO CENTRAL DO BRASIL****DIRETORIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS****DEPARTAMENTO DE CAPITAIS ESTRANGEIROS E CÂMBIO - DECEC****INVESTIMENTOS DIRETOS****DISTRIBUIÇÃO POR ATIVIDADE ECONÔMICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

US\$ milhões

Discriminação	12/1995*		1996		1997		1998		1999**		2000**	
	Estoque	%	Fluxo	%	Fluxo	%	Fluxo	%	Fluxo	%	Fluxo	%
Agricultura, pecuária e	688,60	1,62	110,50	1,44	456,10	2,98	142,43	0,46	422,52	1,53	649,44	2,17
Agricult., pecuária e servs. relacs.	207,20	0,49	37,90	0,49	0,00	0,00	0,00	0,00	20,00	0,07	0,00	0,00
Silvicult., expl. florestal e	30,50	0,07	0,00	0,00	108,50	0,71	49,77	0,16	0,00	0,00	0,00	0,00
Pesca, aquicultura e servs. relacs.	7,90	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extração petróleo e servs. relacs.	72,00	0,17	46,80	0,61	10,00	0,07	27,00	0,09	296,82	1,08	480,91	1,61
Extração de minerais metálicos	330,30	0,78	25,80	0,34	337,60	2,20	50,60	0,16	49,73	0,18	133,36	0,45
Extração minerais não-metálicos	40,70	0,10	0,00	0,00	0,00	0,00	15,06	0,05	55,97	0,20	35,18	0,12
Indústria	23.402,40	55,03	1.740,00	22,70	2.036,40	13,30	6.762,40	8,85	7.002,30	25,40	5.087,44	17,03
Fabr. produtos aliments. e bebidas	2.332,40	5,48	185,90	2,43	322,90	2,11	133,14	0,43	1.239,40	4,50	975,03	3,26
Fabr. de produtos do fumo	715,40	1,68	250,00	3,26	0,00	0,00	0,00	0,00	168,45	0,61	0,00	0,00

Discriminação	12/1995*		1996		1997		1998		1999**		2000**	
	Estoque	%	Fluxo	%	Fluxo	%	Fluxo	%	Fluxo	%	Fluxo	%
Fabr. de produtos têxteis	527,80	1,24	72,80	0,95	50,20	0,33	22,20	0,07	90,10	0,33	35,70	0,12
Conf. de arts. vestuário e	78,10	0,18	0,00	0,00	10,00	0,07	24,02	0,08	0,00	0,00	14,90	0,05
Prep. couros, fabr. artefs. e calçados	426,90	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fabr. de produtos de madeira	29,00	0,07	0,00	0,00	88,10	0,58	16,85	0,05	22,50	0,08	31,67	0,11
Fabr. celul., papel e produtos papel	1.401,60	3,30	21,90	0,29	0,00	0,00	0,00	0,00	12,50	0,05	10,31	0,03
Edição, impressão, repr. gravações	116,60	0,27	0,00	0,00	11,80	0,08	11,66	0,04	77,09	0,28	15,62	0,05
Fabr. coque, petról., combs. nucls.,	0,00	0,00	0,00	0,00	11,00	0,07	10,83	0,03	10,83	0,04	0,00	0,00
Fabr. de produtos químicos	4.747,70	11,16	221,60	2,89	368,20	2,40	354,97	1,14	1.271,79	4,61	1.117,97	3,74
Fabr. artigos de borracha e plástico	1.317,90	3,10	30,20	0,39	139,10	0,91	157,35	0,50	207,35	0,75	58,00	0,19
Fabr. produtos minerais não-	816,00	1,92	194,90	2,54	207,70	1,36	84,83	0,27	288,79	1,05	67,02	0,22
Metalurgia básica	2.566,20	6,03	30,20	0,39	0,00	0,00	117,97	0,38	112,61	0,41	245,58	0,82
Fabr. de produtos de metal	572,80	1,35	63,70	0,83	0,00	0,00	40,26	0,13	42,25	0,15	26,12	0,09
Fabr. máquinas e equipamentos	2.072,30	4,87	179,20	2,34	206,60	1,35	174,72	0,56	87,21	0,32	578,89	1,94
Fabr. máquinas escrit. e equps.	441,40	1,04	10,00	0,13	20,00	0,13	49,00	0,16	630,67	2,29	23,00	0,08
Fabr. máquinas, apars. e mats.	1.100,30	2,59	30,20	0,39	138,10	0,90	110,90	0,35	340,19	1,23	65,83	0,22
Fabr. mat. eletrôn. e equps. de comunic.	589,70	1,39	62,10	0,81	185,60	1,21	262,92	0,84	520,12	1,89	655,32	2,19

Discriminação	12/1995*		1996		1997		1998		1999**		2000**	
	Estoque	%	Fluxo	%	Fluxo	%	Fluxo	%	Fluxo	%	Fluxo	%
Fabr. equips. méds., ótics., automação, rel	168,40	0,40	57,80	0,75	11,00	0,07	0,00	0,00	0,00	0,00	19,50	0,07
Fabr. mont. veícs. automs., rebs.	2.851,30	6,70	286,10	3,73	222,70	1,45	1.060,06	3,39	1.830,96	6,64	960,67	3,22
Fabr. outros equips. transporte	223,00	0,52	0,00	0,00	0,00	0,00	90,72	0,29	49,49	0,18	186,29	0,62
Fabr. móveis e indústrias diversas	294,40	0,69	43,40	0,57	43,40	0,28	44,00	0,14	0,00	0,00	0,00	0,00
Reciclagem	13,30	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços	18.439,00	43,36	5.814,90	75,86	12.818,60	83,72	24.357,93	65,13	20.139,57	73,06	24.139,49	80,80
Eletricidade, gás e água quente	0,20	0,00	1626,40	21,22	3.554,40	23,21	2.201,57	7,04	2.969,55	10,77	2.972,19	9,95
Captação, tratam. e distribuição água	1,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90,35	0,29	0,00	0,00	73,53	0,25
Construção	202,70	0,48	0,00	0,00	53,10	0,35	171,39	0,55	293,80	1,07	12,01	0,04
Comérc. e repar. veícs., comérc. comb	83,40	0,20	16,30	0,21	176,90	1,16	0,00	0,00	262,31	0,95	88,29	0,30
Comérc. atacado e interms. comércio	2.104,80	4,95	207,00	2,70	690,60	4,51	1.089,14	3,48	1.549,83	5,62	886,35	2,97
Comérc. varej. e repar. de objetos	667,60	1,57	406,00	5,30	84,90	0,55	1.108,57	3,55	1.113,80	4,04	660,08	2,21
Alojamento e alimentação	364,30	0,86	35,90	0,47	0,00	0,00	20,61	0,07	25,67	0,09	0,00	0,00
Transporte terrestre	6,40	0,02	208,20	2,72	0,00	0,00	0,00	0,00	84,65	0,31	44,12	0,15
Transporte aquaviário	90,50	0,21	0,00	0,00	0,00	0,00	55,00	0,18	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte aéreo	24,70	0,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11,13	0,04	0,00	0,00

Discriminação	12/1995*		1996		1997		1998		1999**		2000**	
	Estoque	%	Fluxo	%	Fluxo	%	Fluxo	%	Fluxo	%	Fluxo	%
Ativs. auxils. transp. e agências viagem	71,40	0,17	0,00	0,00	0,00	0,00	24,81	0,08	26,93	0,10	38,30	0,13
Correio e telecomunicações	195,10	0,46	611,20	7,97	831,30	5,43	2.564,96	8,20	7.797,13	28,29	10.896,79	36,47
Intermediação financeira	1.254,80	2,95	379,50	4,95	1.596,20	10,43	5.916,48	18,93	1.676,89	6,08	6.352,21	21,26
Seguros e previdência privada	149,00	0,35	148,30	1,93	191,00	1,25	45,92	0,15	63,63	0,23	13,87	0,05
Ativs. auxils. da interm. financeira	113,80	0,27	36,10	0,47	60,00	0,39	476,76	1,53	534,49	1,94	32,16	0,11
Atividades imobiliárias	1.057,40	2,49	82,90	1,08	40,40	0,26	25,72	0,08	83,61	0,30	20,88	0,07
Aluguel veics. máqs. equps. e	363,30	0,85	16,70	0,22	35,20	0,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativs. de informática e conexas	115,10	0,27	0,00	0,14	124,70	0,81	353,17	1,13	85,89	0,31	1.121,48	3,75
Pesquisa e desenvolvimento	5,50	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços prestados a empresas	11.454,90	26,93	2.015,90	26,30	5.350,80	34,95	6.217,48	19,89	3.327,00	12,07	814,72	2,73
Educação	1,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde e serviços sociais	17,80	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Limp. urbana e esgoto e ativs.	2,20	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34,00	0,11
Atividades associativas	54,40	0,13	13,70	0,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24,04	0,08
Ativs. recreats. culturais e	14,50	0,03	0,00	0,00	29,10	0,19	0,00	0,00	233,26	0,85	54,47	0,18
Serviços pessoais	19,00	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Discriminação	12/1995*		1996		1997		1998		1999**		2000**	
	Estoque	%	Fluxo	%	Fluxo	%	Fluxo	%	Fluxo	%	Fluxo	%
Organismos internacionais	3,30	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	42.530,00	100,00	7.665,40	100,00	15.311,10	100,00	31.262,76	74,44	27.564,39	100,00	29.876,37	100,00

Ingressos abaixo de US\$ 10 milhões por empresa	1.978,60		2.567,90		3.075,20		3.670,61		3.454,63	
Total Geral dos ingressos	9.644,00		17.879,00		26.346,00		31.235,00		33.331,00	

* Dados do Censo de Capitais Estrangeiros, realizado em 1996.

** Inclui conversões para investimentos diretos

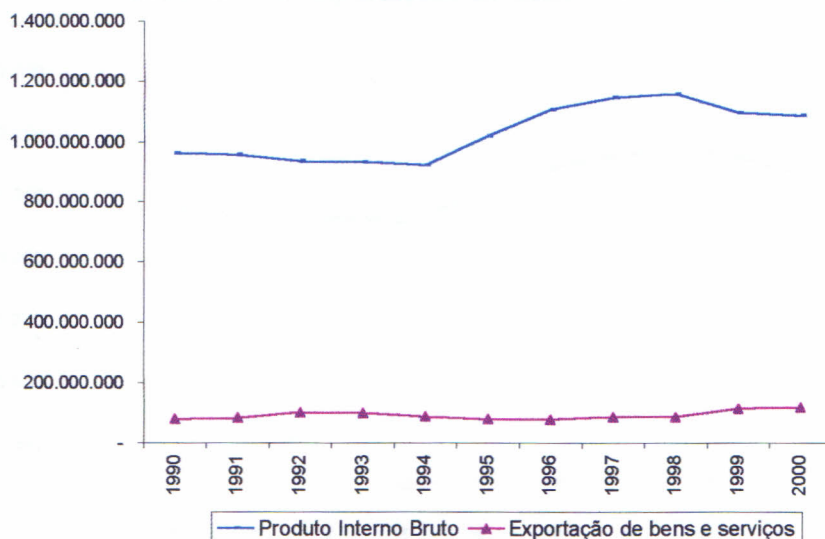
Obs.: 1.No período de 1996 a 2000, consideram-se os recursos destinados a empresas que totalizaram mais de US\$ 10 milhões ao ano.

2.Dados preliminares.

3.Conversões em dólares à paridade

Seguindo a tabela 1 temos as contas de Exportação e Importação de Bens e Serviços. Quanto a exportação (gráfico 05), os dados mostram que houve o aumento no período de 1990 – 1992 , com a porcentagem do PIB que passou de 8,20% para 10,87%, respectivamente.

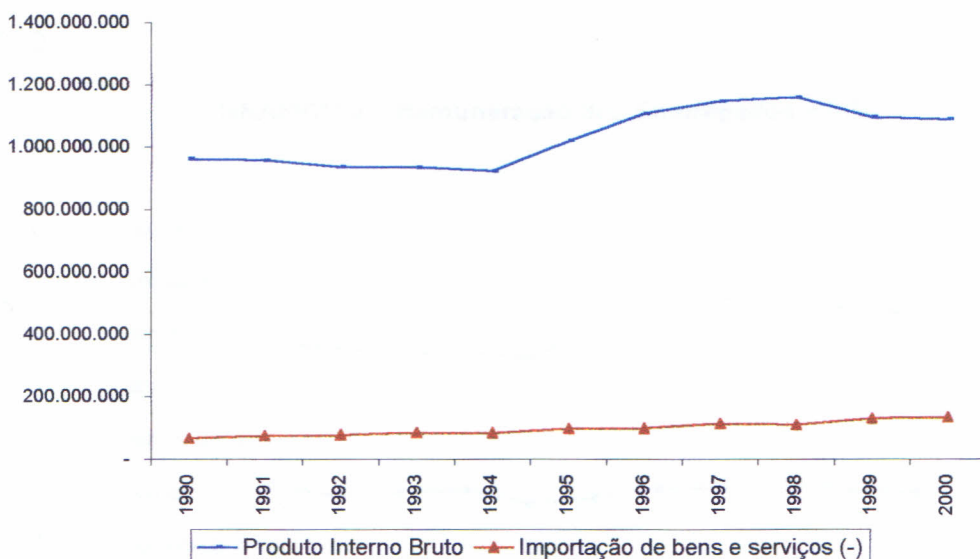
GRÁFICO 05: Exportações de Bens e Serviços x PIB



A partir de 1993 essa conta apresentou decréscimos sucessivos chegando ao seu ponto mais crítico em 1996 com apenas 6,99% e em 1998 com 7,51%. No período de 1999 a 2000, ela apresentou uma trajetória ascendente passando a 10,39% e 10,81% do PIB. Apesar dessa recuperação no final da década, causada principalmente pela desvalorização cambial e pelo aumento da área plantada com grãos, as taxas de crescimento não foram capazes de superar a taxa registrada em 1992, de 10,87%.

Além disso, quando se observa a curva das taxas de crescimento da conta de importação (gráfico 06), percebe-se que ela teve um comportamento ascendente, na maior parte da sua trajetória, com pequenos decréscimos nos anos de 1996 e 1998. Contudo, no decênio essa conta registrou um aumento médio anual de 10,37% contra a média de 9,86% das exportações.

GRÁFICO 06: Importações de Bens e Serviços x PIB

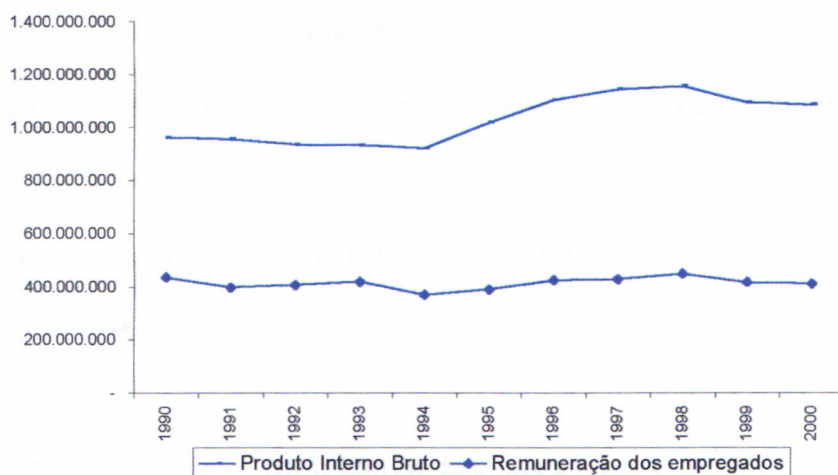


A economia brasileira acumulou déficits seqüenciais na balança comercial no período 1995 – 2000, o que indica um grau de dependência da economia nacional por alguns produtos importados essenciais para o setor produtivo nacional. Além disso, é necessário considerar que as importações brasileira possuem maior conteúdo tecnológico do que as exportações, e portanto maior valor agregado, o que contribui para maiores perdas em termos de troca .

3.2 PIB Sob a Ótica da Renda

A conta Remuneração de Empregados (gráfico07) apresentou inicialmente uma grande retração, caindo de 45,34 em 1990 para 41,63% em 1991. Nos anos de 1992 e 1993 houve uma melhora passando para 43,50%, e 45,05% , respectivamente. Na década toda as perdas foram maiores, quando a remuneração dos empregados caiu de 45,34%, em 1990, para 37,89% em 2000.

GRÁFICO 07: Remuneração dos Empregados x PIB

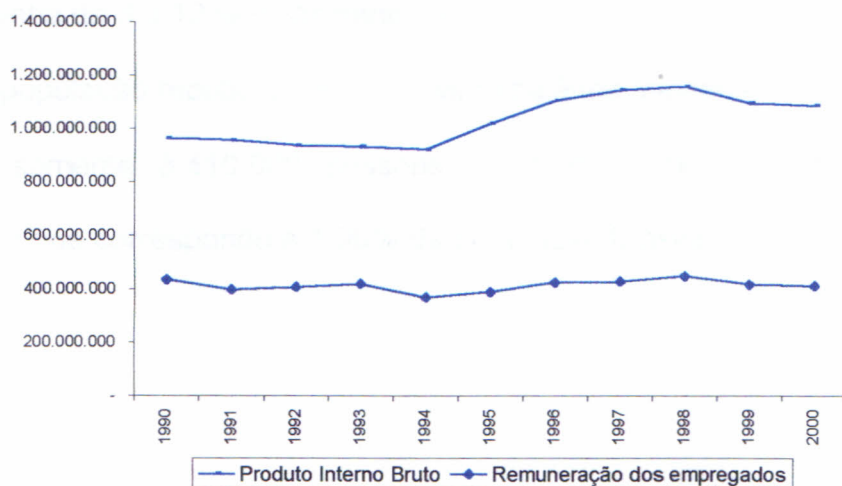


Embora alguns setores econômicos, como o de serviço, tenham apresentado crescimento durante o referido decênio, o quadro geral da economia apresentou uma queda de produção e emprego. Deste modo, com o aumento do desemprego, o aumento da oferta de mão-de-obra e a procura por maior produtividade com custos menores levou a economia brasileira a registrar níveis salariais mais baixos.

Devido a esses sucessivos decréscimos de renda o contexto econômico-social ficou comprometido. Pois, a medida que a população dispõe de menos renda para consumir, mais empresas têm que ajustar seus quadros de pessoal com as escalas de produção, para conseguirem permanecer no mercado. Várias empresas adotaram estratégias para aumentar a produtividade, baixar os custos e, conseqüentemente aumentar seus lucros. Uma dessas alternativas foi investir em bens de capital, ou seja, em máquinas e equipamentos que produzam mais com um custo cada vez menor.

Quando se analisa o comportamento da trajetória da curva de salários (gráfico 08), percebe-se, obviamente, que o seu comportamento é semelhante ao da curva de remuneração de empregados, ao longo da período. Inicialmente houve um decréscimo dos salários de 36,39%, em 1990, para 35,91% em 1993. A partir de 1994, houve uma forte queda dos Salários até o ano de 2000, quando o seu volume equivale somente a 26,51% do PIB.

GRÁFICO 08: Salários x PIB



Essa diminuição da massa salarial pode alimentar ainda mais o processo de aumento do desemprego no país, além de contribuir para demanda de serviços públicos em substituição dos serviços privados . Uma diminuição da oferta de emprego pode, também, contribuir para uma concentração de renda, gerando maiores problemas econômico-sociais.

Consultando as últimas pesquisas divulgadas pelo IBGE referente aos rendimentos do trabalho do ano de 1999 (tabela 03) e considerando que a população brasileira, atualmente, está estimada em cerca de 174 milhões de habitantes, podemos concluir, a grosso modo, que:

- se somarmos o percentual de pessoas sem rendimento (14,32%) com o percentual de pessoas que ganham até $\frac{1}{2}$ salário mínimo (6,02%), chegaremos ao total de 20,04%. Ou seja, mais de 34.869.000 brasileiros vivem na miséria. Outros 25.438.000 ganham de $\frac{1}{2}$ salário mínimo até um salário mínimo (14,62% da população);
- cerca de 57,67% das pessoas ganham menos de 3 salários mínimos;
- 20,66% ganha de 3 a 10 salários mínimos;
- 4,15% da população recebe entre dez e vinte salários mínimos;
- enquanto somente 3.410.000 pessoas recebem acima de 20 salários mínimos, o que corresponde a 1,96% da população brasileira.

Tabela 03: Rendimentos do Trabalho – Ano 1999

TRABALHO	
Pessoas de 10 ou mais anos de idade, ocupadas, por classe de rendimento de trabalho	1999
Até 1/2 salário mínimo	6,02
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	14,62
Mais de 1 a 2 salários mínimos	21,66
Mais de 2 a 3 salários mínimos	15,37
Mais de 3 a 5 salários mínimos	11,12
Mais de 5 a 10 salários mínimos	9,54
Mais de 10 a 20 salários mínimos	4,15
Mais de 20 salários mínimos	1,96
sem rendimento	14,32
sem declaração	1,24

Taxa de Desemprego	1997	1998	1999	2000
Total	6,14	8,35	8,26	7,85

FONTE: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego.
Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999.

Porém, enquanto as rendas dos empregados diminuíram, houve um aumento substancial nas contas de Contribuições Sociais Efetivas e Contribuições Sociais Imputadas.

De acordo com o que pode ser observado nos gráficos 09 e 10, e na tabela 1, essas duas contas mostraram um desempenho muito bom a partir do ano de 1995, chegando em 2000 com uma taxa de crescimento de 6,21% e 5,16%, respectivamente. Esse é outro fator que contribui para a diminuição do poder aquisitivo da população, porque enquanto os rendimentos dos assalariados diminuíram a carga tributária aumentou. Pode-se dizer que o aumento da carga tributária é tão nocivo para o assalariado quanto o imposto

inflacionário, devido ao seu caráter permanente embora a inflação assuma um comportamento oscilatório.

GRÁFICO 09: Contribuições Sociais Efetivas x PIB

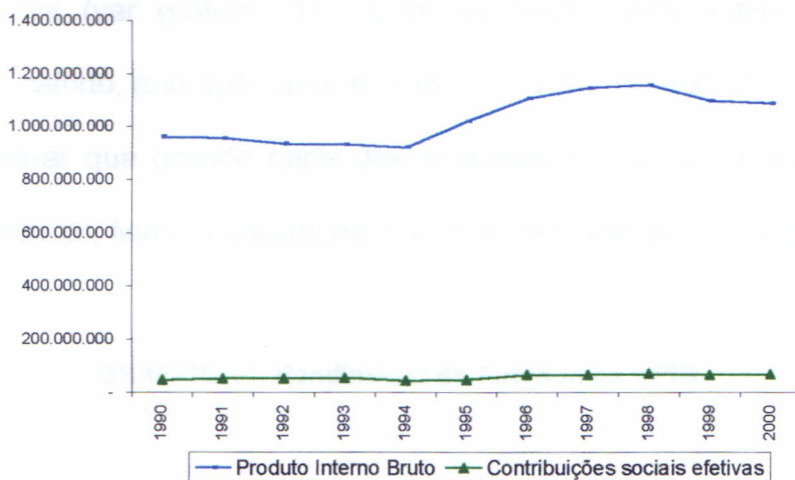
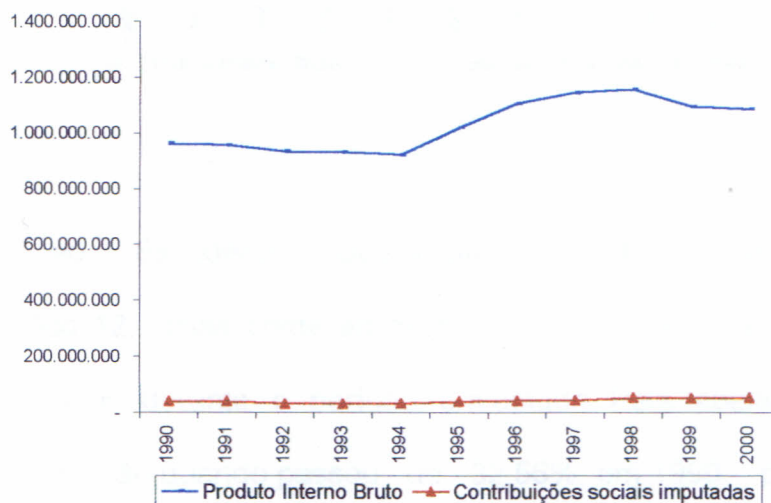
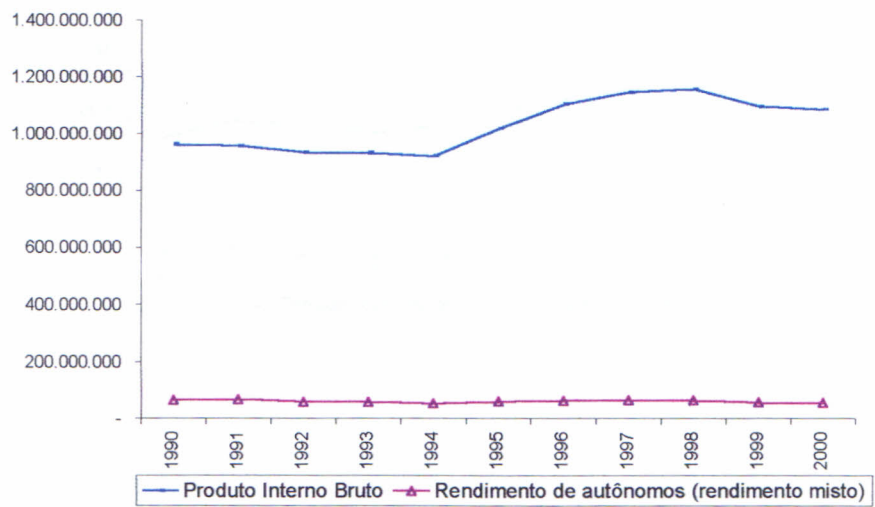


GRÁFICO 10: Contribuições Sociais Imputadas x PIB



Com relação a conta Rendimento de Autônomos (rendimento misto), a exemplo das contas Remuneração de Empregados e Salários, também apresentou um decréscimo de grande expressão ao longo da década de 90 caindo de 6,93% em 1990 para 5,09% em 2000, com poucas oscilações ao longo da curva (ver gráfico 11). Com as rendas dos autônomos e dos assalariados caindo, ano após ano, e com o aumento da taxa de desemprego, é de se esperar que grande parte dessa população esteja migrando para a economia informal, ficando, assim, na marginalidade das estatísticas.

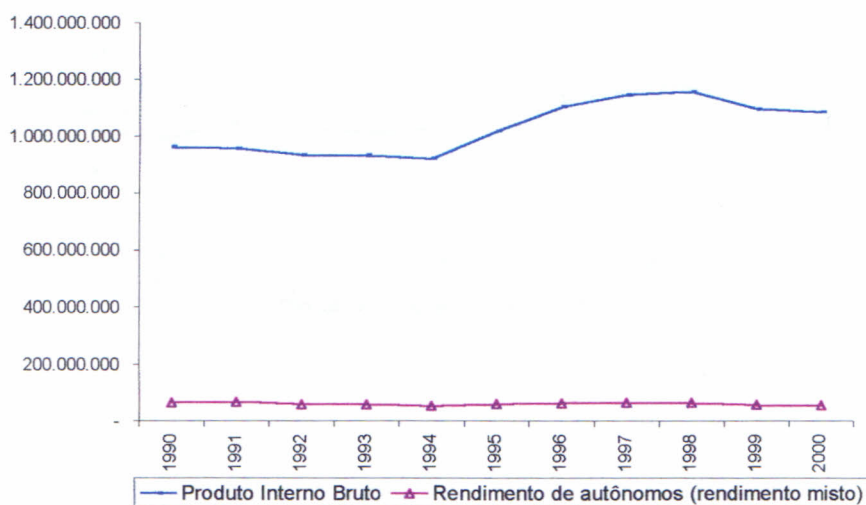
GRÁFICO 11: Rendimento de Autônomos x PIB



Quanto ao Excedente Operacional Bruto (juros + lucros + aluguéis), gráfico 12, essa conta apresentou um ótimo desempenho com aumentos sucessivos, durante o período em estudo. Pela tabela 1, podemos verificar a sua evolução quando passou de 32,56%, em 1990, para 40,53% em 2000, com o detalhe de permanecer praticamente estável durante as crises russa e brasileira, em 1998 e 1999, quando registrou entre índices de

Com relação a conta Rendimento de Autônomos (rendimento misto), a exemplo das contas Remuneração de Empregados e Salários, também apresentou um decréscimo de grande expressão ao longo da década de 90 caindo de 6,93% em 1990 para 5,09% em 2000, com poucas oscilações ao longo da curva (ver gráfico 11). Com as rendas dos autônomos e dos assalariados caindo, ano após ano, e com o aumento da taxa de desemprego, é de se esperar que grande parte dessa população esteja migrando para a economia informal, ficando, assim, na marginalidade das estatísticas.

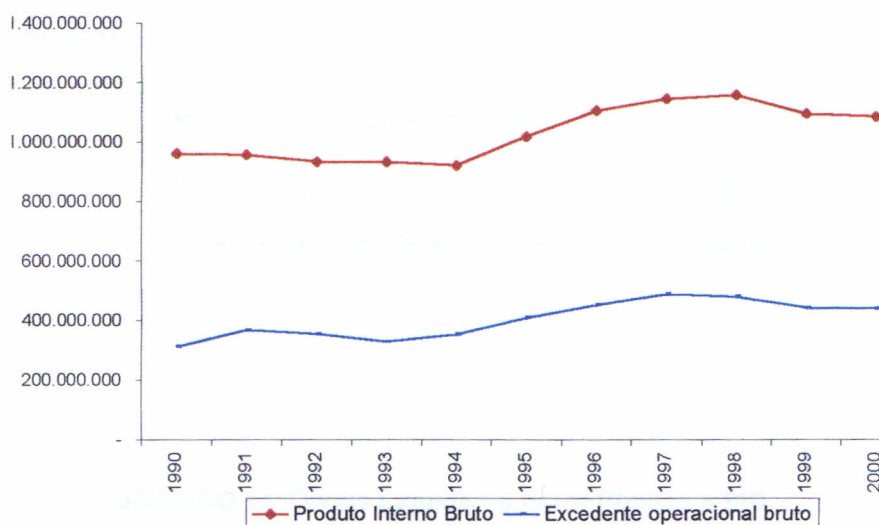
GRÁFICO 11: Rendimento de Autônomos x PIB



Quanto ao Excedente Operacional Bruto (juros + lucros + aluguéis), gráfico 12, essa conta apresentou um ótimo desempenho com aumentos sucessivos, durante o período em estudo. Pela tabela 1, podemos verificar a sua evolução quando passou de 32,56%, em 1990, para 40,53% em 2000, com o detalhe de permanecer praticamente estável durante as crises russa e brasileira, em 1998 e 1999, quando registrou entre índices de

41,57% e 40,50% do PIB, respectivamente. O sucesso dessa conta se deve em grande parte pela política de juros altos como forma de atrair investimentos e pela necessidade do governo federal aumentar o superávit primário. Ou seja, não foram os aluguéis que mais contribuíram para o crescimento dessa conta, mas os juros e os lucros.

GRÁFICO 12: Excedente Operacional Bruto x PIB



Por fim, temos a conta Impostos Líquidos de Subsídios sobre a Produção e Importação (gráfico 13) que não fugiu a regra das outras contas do governo e acumulou crescimentos que ocasionalmente foram negativos, mas no total geral o saldo foi positivo. Assim, concretiza-se a síntese de política de carga tributária cada vez mais pesada para financiar o déficit público e aumentar o superávit primário. Todo esse esforço visa o financiamento do

déficit público que foi impulsionado a partir de 1995, conforme é mostrado no gráfico 14.

GRÁFICO 13: Impostos Líquidos de Subsídios sobre a produção e importação x PIB

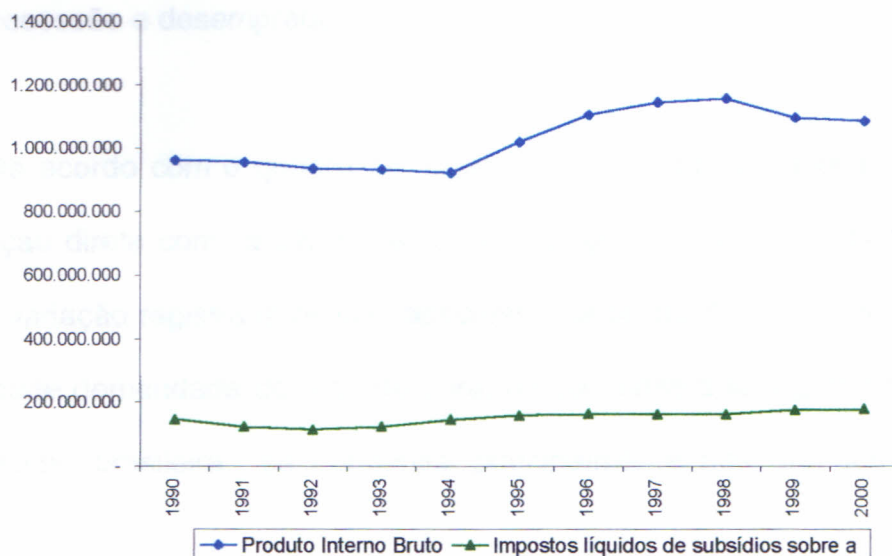
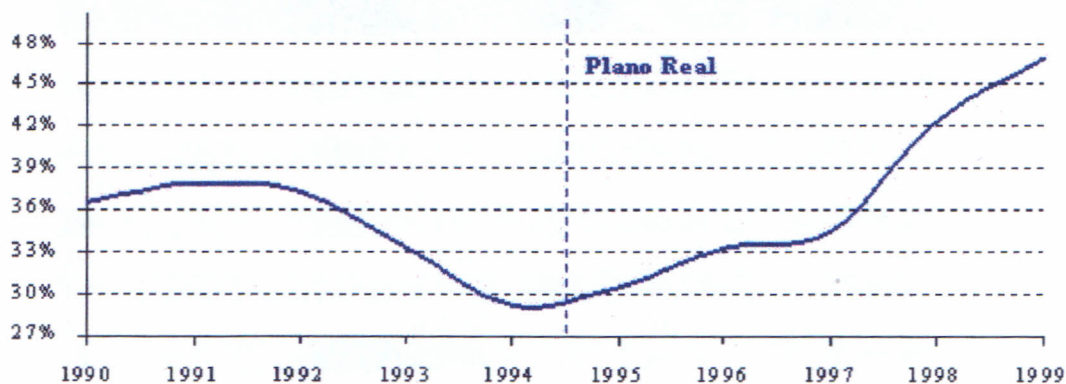


GRÁFICO 14: Dívida Líquida do Setor Público x PIB



Fonte: Banco Central do Brasil

De acordo com o que foi visto aqui, a década de 90 pode ser considerada como mais uma que foi perdida. Pois, todas as contas que contribuem para o engrandecimento e fortalecimento da economia acusaram

um decréscimo enquanto as contas que concorrem para o enfraquecimento econômico tiveram um crescimento ascendente. No Plano das contas sociais também verificou-se um encolhimento em contrapartida das contas que causam recessão e desemprego.

De acordo com o quadro 14, pode-se afirmar que o desemprego tem uma relação direta com a capacidade de utilização industrial instalada. Pois, qualquer variação registrada nessa capacidade da produção da indústria altera a quantidade demandada de mão-de-obra, o que revela que a grande maioria da população brasileira se concentra principalmente nos grandes centros urbanos.

QUADRO 14: Taxa de Desemprego/Utilização da Capacidade Industrial/Utilização da Capacidade Industrial Instalada em porcentagem

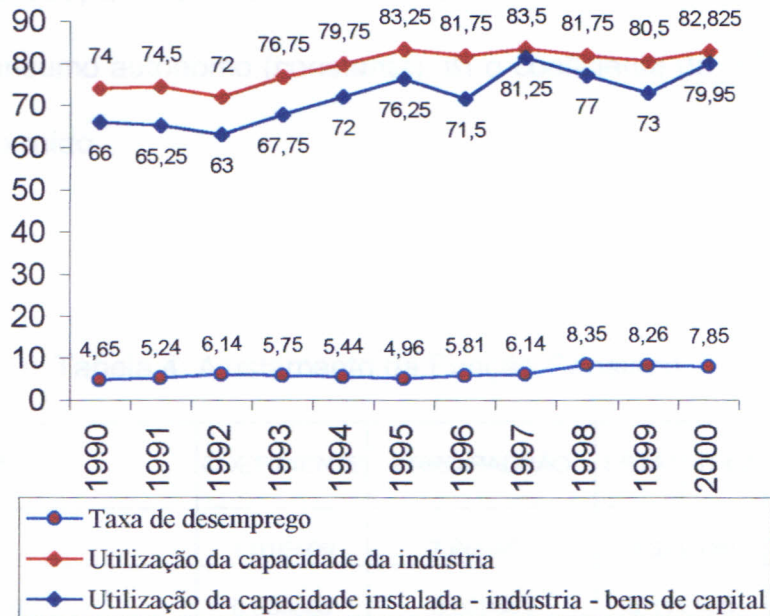
Período	Taxa de desemprego - aberto (%) - referência: 30 dias - RMs	Utilização da capacidade - indústria - média (%)	Utilização da capacidade instalada - indústria - bens de capital (%)
1990	4,6525	74,00	66,00
1991	5,2442	74,50	65,25
1992	6,1433	72,00	63,00
1993	5,7475	76,75	67,75
1994	5,4367	79,75	72,00
1995	4,9617	83,25	76,25
1996	5,8092	81,75	71,50
1997	6,1425	83,50	81,25
1998	8,3450	81,75	77,00
1999	8,2555	80,50	73,00
2000	7,8453	82,83	79,95

Fonte: IPEA

Através da análise do gráfico 15, vê-se que a capacidade industrial está sendo subutilizada. Se consideramos a capacidade industrial instalada, esses índices caem ainda mais. Isto tudo significa que a planta industrial

brasileira está com quase 20% de ociosidade da sua capacidade total de gerar emprego e renda. Outro aspecto importante deve-se ao fato do Brasil estar necessitando aumentar as suas exportações, principalmente de produtos com maior valor agregado.

GRÁFICO 15: Taxa de Desemprego/Utilização da Capacidade Industrial/Utilização da Capacidade Industrial Instalada em porcentagem



3.3 Multiplicador do Investimento

Para calcularmos o multiplicador do investimento foi feito primeiramente uma regressão entre a renda (variável explicativa X) e o consumo final (variável dependente FNL) para chegarmos ao coeficiente que traduza em quanto o consumo aumentará com um determinado aumento da renda. Deste modo, a função Consumo Final/PIB é: $FNL = C_a + \beta_1 X + \varepsilon_i$, em que C_a é o consumo autônomo (constante), β_1 o coeficiente do PIB (renda) da função e ε_i é o ruído.

Tabela 4: Ajustamento da Função Consumo

VARIÁVEL	COEFICIENTE	ERRO PADRÃO	ESTATÍSTICA T	PROBABILIDADE
C	1.01E+09	7.64E+08	1.321.189	0.2346
PIBR	0.505305	0.053688	9.411.906	0.0001
R ²	0.783392	MÉDIA DA VARIÁVEL DEPEND.		7.56E+09
R ² AJUSTADO	0.675087	ERRO PADRÃO DA VAR. DEPEND		1.31E+10
ERRO PAD. DA REG.	7.44E+09	CRITÉRIO DE INFO. DE AKAIKE		4.858.810
SOMA QUAD. RESÍDUOS	3.32E+20	CRITÉRIO DE SCHWARZ		4.870.914
LOG DA FUNÇÃO MAX. VEROS.	-2.389.405	F		7.233.250
DURBIN-WATSON	2.096.187	PROBABILIDADE		0.020340

A tabela 4 mostra que o coeficiente beta (β_1) do PIB é de 0,5 , com um poder explicativo de ótima qualidade, R^2 (R-squared), ou seja, da ordem de 78,33%.

Da mesma forma que foi feita a regressão do Consumo Final em função do PIB, foi realizada uma regressão das Importações de Bens e Serviços (variável dependente IMPBSERV) em função do PIB, para finalmente ser encontrado o coeficiente que evidencie o quanto implicará em aumento das importações com um aumento da renda (variável explicativa X). Desta forma, a função Importação de Bens e Serviços é: $IMPBSERV = C_a + \beta_2 X + \epsilon_i$, onde β_2 é o coeficiente do PIB(renda) para essa função.

Tabela 5: Ajustamento da Função Importação

VARIÁVEL	COEFICIENTE	ERRO PADRÃO	ESTATÍSTICA T	PROBABILIDADE
C	2273699.	3093668	0.734952	0.4954
PIBR	0.090925	0.000628	144.8718	0.0000
R^2	0.984353	MÉDIA DA VARIÁVEL DEPEND.		1.05E+09
R^2 AJUSTADO	0.974965	ERRO PADRÃO DA VAR. DEPEND		1.62E+09
ERRO PAD. DA REG.	2.56E+08	CRITÉRIO DE INFO. DE AKAIKE		41.86379
SOMA QUAD. RESÍDUOS	3.29E+17	CRITÉRIO DE SCHWARZ		41.95144
LOG DA FUNÇÃO MAX. VEROS.	-184.3870	F		104.8493
DURBIN-WATSON	2.218831	PROBABILIDADE		0.000062

Através da tabela 5 verifica-se que o coeficiente (β_2) do PIB é de 0,09 , com um R^2 de 98,43%.

De acordo com o texto:

Com os valores de β_1 e β_2 conhecidos e considerando o consumo

autônomo e o ruído constantes,

o multiplicador do investimento é dado pela função:

$$\Delta Y = \frac{1}{1 - (\beta_1 - \beta_2)} \Delta I$$

Substituindo os valores de β_1 por 0,5 e de β_2 por 0,09 , temos:

$$\Delta Y = \frac{1}{1 - (0,5 - 0,09)} \Delta I$$

$$\Delta Y = \frac{1}{1 - 0,41} \Delta I$$

$$\Delta Y = \frac{1}{0,59} \Delta I$$

$$\Delta Y = 1,69 \Delta I$$

3.4 Conclusões

De acordo com o que foi revelado, a economia brasileira tem um multiplicador do investimento da ordem de 1,69. Portanto, considerando que, na década de 90, a Formação Bruta de Capital (Tabela 1) apresentou um comportamento semiconstante em torno dos 20% do PIB e com o multiplicador de 1,69, isto significa que cada R\$ 1 bilhão em investimentos diretos corresponde a um aumento de R\$ 1,69 bilhões no PIB (renda).

Contudo, tendo em vista que as exportações brasileiras cresceram, no período 1990 – 2000, com um ritmo menor que as importações, é necessário que haja um esforço para atrair mais investimentos externos direcionados principalmente para setores produtivos que favoreçam um maior volume de exportações. Ao contrário do que foi constatado em que os investimentos foram direcionados mais para o setor de serviços, principalmente para empresas de distribuição de eletricidade, telecomunicações e de intermediação financeira.

A julgar pelas evoluções das contas de consumo final, formação bruta de capital, exportações e importações, a economia brasileira apresentou uma grande dependência de poupança externa para financiar as suas despesas. Ou seja, o Brasil continua a consumir além do que produz.

Outro fator preocupante revelado, neste estudo, é que apesar do excedente operacional bruto ter crescido, a remuneração de empregados e os rendimentos dos autônomos terem diminuído, a conta de formação bruta de

capital não apresentou aumentos expressivos. Isto mostra que o Brasil, cada vez mais, está importando produtos de alta tecnologia para consumo final e que o seu parque produtivo tende a se tornar obsoleto por falta de investimentos de peso em desenvolvimento tecnológico. Infelizmente a contabilidade nacional não revela informações sobre pesquisas e desenvolvimentos de projetos tecnológicos no Brasil. Porém, é necessário que o Brasil não só aumente suas exportações, mas que promova um programa de substituição de exportações, enviando ao exterior produtos de alta e média tecnologia para garantir sua participação no mercado global com competitividade e artigos com maiores valores agregados.

Deste modo, se o Brasil não corrigir as distorções reveladas nesse trabalho, a economia nacional não terá meios para gerar superávits na balança comercial que sejam suficientes para equilibrar o balanço de pagamentos. Por outro lado, a médio e longo prazo os problemas econômicos tendem a se agravar, o que contribui para a estagnação da economia, tornando mais difícil a atração de investimentos do exterior capazes de promover um desenvolvimento sustentável.

GLOSSÁRIO

ATIVIDADE ECONÔMICA Conjunto de unidades de produção caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal.

CAPACIDADE OU NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO Saldo entre a poupança bruta e a formação bruta de capital.

CONSUMO FINAL DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS Serviços prestados gratuitamente, total ou parcialmente, por esta atividade, deduzindo-se os pagamentos parciais (entradas de museus, matrículas etc.) efetuados pelas famílias. São valorados ao custo de sua produção.

CONSUMO FINAL DAS FAMÍLIAS Despesas com bens e serviços realizadas pelas famílias.

CONSUMO INTERMEDIÁRIO Bens e serviços utilizados como insumos no processo de produção.

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS EFETIVAS A CARGO DOS EMPREGADORES Pagamentos por conta do empregador e em nome de seus empregados aos institutos oficiais de previdência e às previdências privadas, necessários para garantir o acesso a seus benefícios.

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS IMPUTADAS DOS EMPREGADORES Pagamentos aos empregados, ex-empregados ou dependentes, para garantir benefícios, fora do circuito da previdência social.

DEFLATOR IMPLÍCITO Variação média dos preços do período em relação à média dos preços do período anterior.

DUMMY FINANCEIRO Setor fictício que tem produção nula e consumo intermediário igual aos serviços de intermediação financeira indiretamente medidos (SIFIM).

EXCEDENTE OPERACIONAL BRUTO Saldo resultante do valor adicionado deduzido das remunerações pagas aos empregados, dos rendimentos dos autônomos e dos impostos líquidos de subsídios. É uma medida do excedente gerado pela produção antes da dedução de quaisquer encargos na forma de juros, rendas ou outros rendimentos de propriedade a pagar sobre ativos financeiros, terrenos ou outros ativos tangíveis.

EXPORTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS Bens e serviços exportados avaliados a preços FOB, ou seja, incluindo somente o custo de comercialização interna até o porto de saída das mercadorias.

FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO Acréscimos ao estoque de bens duráveis destinados ao uso das unidades produtivas realizados em cada ano, visando ao aumento da capacidade produtiva do país.

IMPORTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS Bens e serviços adquiridos pelo Brasil do resto do mundo, valorados a preços CIF, ou seja, incluindo no preço das mercadorias os custos com seguro e frete.

IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E DE IMPORTAÇÃO Impostos e taxas pagos pelas unidades de produção e que incidem sobre a produção, a comercialização, a importação e a exportação de bens e serviços e sobre a utilização dos fatores de produção.

IMPOSTOS SOBRE PRODUTOS Impostos a pagar sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários.

OUTROS IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO Impostos e taxas sobre a propriedade ou utilização de terrenos, imóveis ou outros ativos utilizados na produção, sobre a mão-de-obra empregada ou para exercer determinadas atividades ou operações.

OUTROS RENDIMENTOS, LÍQUIDOS, RECEBIDOS DO RESTO DO MUNDO Diferença entre os pagamentos e recebimentos, entre o País e o Resto do Mundo, relativos à remuneração de fatores da produção que não trabalho.

POUPANÇA BRUTA Parcela da renda disponível bruta que não é gasta em consumo final.

PRODUTO INTERNO BRUTO Bens e serviços produzidos no país, descontadas as despesas com os insumos utilizados no processo de produção durante o ano. É a medida do total do valor adicionado bruto gerado por todas as atividades econômicas.

PRODUTO INTERNO BRUTO, A CUSTO DE FATORES Contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades, sem incluir os impostos indiretos líquidos dos subsídios, ou seja, seus Valores Adicionados.

REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS Despesas efetuadas pelos empregadores (salários mais contribuições sociais efetivas) com seus empregados em contrapartida do trabalho realizado.

REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS, LÍQUIDA, RECEBIDA DO RESTO DO MUNDO Diferença entre os pagamentos e recebimentos da remuneração dos empregados entre o País e o Resto do Mundo. Este item é um dos componentes da Renda Líquida enviada ao exterior.

RENDA DISPONÍVEL BRUTA Saldo resultante da renda nacional bruta deduzidas as transferências correntes enviadas e recebidas do resto do mundo.

RENDA NACIONAL BRUTA Produto interno bruto mais os rendimentos líquidos dos fatores de produção enviados ao resto do mundo.

RENDA DE PROPRIEDADE Renda recebida pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo tangível não produzido, como terrenos.

RENDIMENTO DE AUTÔNOMOS Remuneração pelo trabalho efetuado pelo proprietário de um negócio que não pode ser identificada separadamente do seu rendimento como empresário.

RENDIMENTO MISTO Ver rendimento de autônomos.

SALÁRIOS E ORDENADOS Salários e ordenados recebidos em contrapartida do trabalho, em moeda ou em mercadorias.

SALDO DAS TRANSAÇÕES CORRENTES COM O RESTO DO MUNDO Saldo do balanço de pagamentos em conta corrente, acrescido do saldo das transações sem emissão de câmbio.

SERVIÇOS DE INTERMEDIACÃO FINANCEIRA INDIRETAMENTE MEDIDOS Rendimentos de propriedade a receber pelos intermediários financeiros líquidos dos juros totais a pagar, excluindo o valor de qualquer rendimento de propriedade a receber de investimento de fundos próprios.

SETOR INSTITUCIONAL Conjunto de unidades institucionais que são caracterizadas por autonomia de decisões e unidade patrimonial, classificado conforme seu comportamento econômico principal.

SUBSÍDIOS Gastos das Administrações Públicas destinados a cobrir déficits operacionais de empresas privadas ou públicas, permitindo que o consumidor dos respectivos produtos ou serviços seja beneficiado por preços inferiores aos que seriam fixados no mercado, na ausência dos subsídios. Por essa razão, figuram com sinal negativo no débito dessa conta.

SUBSÍDIOS À PRODUÇÃO Sistema de Transferências correntes das administrações públicas destinadas a cobrir déficit operacional de empresas privadas ou públicas, permitindo que o consumidor dos respectivos produtos ou serviços seja beneficiado por preços inferiores aos que seriam fixados no mercado, na ausência dos subsídios.

TERRITÓRIO ECONÔMICO Território geográfico administrado por um governo dentro do qual circulam livremente pessoas, bens e capitais.

TRANSFERÊNCIAS Operações efetuadas, em espécie ou em numerário, entre duas unidades sem contrapartida de bens e serviços.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES Transferências não classificadas como de capital.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL Transferências de propriedade ou aquelas condicionadas pela cessão ou aquisição de ativos.

TRANSFERÊNCIAS UNILATERAIS, LÍQUIDAS, RECEBIDAS DO RESTO DO MUNDO Diferença entre os pagamentos e recebimentos e transferências, entre residentes do País e residentes no Resto do Mundo.

TRIBUTOS INDIRETOS Tributos cujo ônus se transfere, total ou parcialmente, via preços, do contribuinte de direito ao consumidor final dos bens e serviços sobre os quais incidem.

UNIDADE RESIDENTE Unidade que mantém o centro de interesse econômico no território econômico, realizando, sem caráter temporário, atividades econômicas nesse território.

VALOR ADICIONADO Valor que a atividade acrescenta aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

VARIAÇÃO DE ESTOQUES Diferença entre os valores dos estoques de mercadorias finais, de produtos semimanufaturados, bens em processo de fabricação e matérias-primas dos setores produtivos no início e no fim do ano, avaliados aos preços médios correntes do período.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. www.bcb.gov.br.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Cadernos Adenauer. São Paulo : Fundação Konrad Adenauer, 2001.

GALBRAITH, John Kenneth. A era da incerteza. São Paulo : Pioneira, 1979.

_____. Brasil em números/IBGE. Rio de Janeiro : IBGE, 2001.

IBGE. www.ibge.gov.br.

IPEA. www.ipea.com.br.

LOPES, L. M. e Vasconcellos, M. A. S. Manual de Macroeconomia. São Paulo: Atlas, 2000.

MAGALHÃES, J. A. Fernandes. Ciência Política. Brasília – DF: Vesticon, 2002.

NUNES, Eduardo P. Sistemas de Contas Nacionais: A Gênese das Contas Nacionais Modernas e a Evolução das Contas Nacionais no Brasil. Campinas: Unicamp, 1998 (Tese de Doutorado).

PETTY, William. Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

QUESNAY, François. Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

Rezende. Fernando. Finanças Públicas. São Paulo: Atlas, 2001.

SIMONSEN. Mário H. Macroeconomia. Rio de Janeiro: Apec, 1982.

ANEXOS

Tabela 6 - Composição do Produto Interno Bruto sob as três óticas (preços correntes) - 1990-2000

Componentes do Produto Interno Bruto	Valor (1 000 000 R\$)										
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
A - Ótica da produção											
Produto Interno Bruto	11.549	60.286	640.959	14.097.114	349.204.679	646.191.517	778.886.727	870.743.034	914.187.877	963.868.538	1.086.699.881
Produção	22.309	111.421	1.271.880	29.306.812	653.189.668	1.113.351.626	1.323.410.847	1.479.024.268	1.554.646.328	1.705.027.441	1.979.056.955
Impostos sobre produtos	1.617	7.328	75.642	1.460.932	39.998.025	74.373.434	83.920.429	90.321.035	93.399.625	103.610.448	119.393.974
Consumo intermediário (-)	12.377	58.463	706.564	16.670.630	343.983.014	541.533.543	628.444.549	698.602.269	733.858.076	844.769.351	1.011.751.048
B - Ótica da despesa											
Produto Interno Bruto	11.549	60.286	640.959	14.097.114	349.204.679	646.191.517	778.886.727	870.743.034	914.187.877	963.868.538	1.086.699.881
Consumo final	9.077	47.908	503.680	10.960.002	270.644.256	513.561.741	630.813.704	704.199.967	741.038.299	783.276.525	868.060.532
Consumo das famílias	6.849	37.117	394.313	8.469.884	208.256.338	386.909.611	486.812.616	545.697.501	566.191.523	597.418.042	658.726.243
Consumo da administração pública	2.228	10.791	109.367	2.490.117	62.387.918	126.652.130	144.001.088	158.502.466	174.846.776	185.858.483	209.334.289
Formação bruta de capital	2.329	11.918	121.363	2.938.735	77.333.342	144.027.175	162.953.480	187.187.244	193.055.958	195.400.787	236.168.749
Formação bruta de capital fixo	2.386	10.917	118.086	2.718.363	72.453.282	132.753.432	150.050.300	172.939.223	179.982.386	184.087.056	211.225.106
Variação de estoque	-57	1.001	3.277	220.372	4.880.060	11.273.743	12.903.180	14.248.021	13.073.572	11.313.731	24.943.643
Exportação de bens e serviços	947	5.231	69.661	1.480.658	33.220.108	49.916.655	54.430.127	65.356.311	67.862.415	100.147.967	117.422.069
Importação de bens e serviços (-)	804	4.771	53.745	1.282.280	31.993.027	61.314.054	69.310.584	86.000.488	87.768.795	114.956.741	134.951.469
C - Ótica da renda											
Produto Interno Bruto	11.549	60.286	640.959	14.097.114	349.204.679	646.191.517	778.886.727	870.743.034	914.187.877	963.868.538	1.086.699.881
Remuneração dos empregados	5.236	25.095	278.795	6.350.750	139.992.780	247.133.039	300.146.251	326.195.427	355.394.573	368.180.074	411.783.317
Salários	4.203	19.295	221.936	5.061.778	111.680.765	191.409.946	224.328.828	241.949.273	257.224.970	262.615.318	288.078.488
Contribuições sociais efetivas	548	3.304	35.459	816.292	16.171.925	30.175.691	45.336.638	50.050.582	55.197.846	58.714.125	67.437.128
Contribuições sociais imputadas	489	2.510	21.666	484.943	12.226.558	25.691.607	30.542.087	34.145.555	42.849.311	46.592.714	56.121.630
Rendimento de autônomos (rendimento misto)	800	4.226	40.092	888.850	19.937.796	38.128.990	44.306.236	48.629.940	51.099.640	50.852.163	55.320.880
Excedente operacional bruto	3.760	23.204	243.757	4.987.209	134.078.983	260.245.035	319.136.592	372.395.892	380.016.299	390.336.667	440.486.411
Impostos líquidos de subsídios sobre a produção e importação	1.749	7.748	78.048	1.858.041	55.108.652	100.540.248	115.236.346	123.571.792	127.799.811	154.757.551	179.255.344

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Tabela7 - Composição do Produto Interno Bruto sob as três óticas, a preços constantes- 1990-2000

Componentes do PIB a preços constantes	Valor (1 000 000 R\$)										
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
IGP-DI : Índice Geral de Preços-Disp. Interna	0,000012	0,000063	0,000685	0,015102	0,378585	0,633970	0,704309	0,760034	0,789578	0,878953	1,000000
A - Ótica da produção											
Produto Interno Bruto	962.416.667	956.920.635	935.706.569	933.460.072	922.394.387	1.019.277.753	1.105.887.795	1.145.663.265	1.157.818.324	1.096.609.873	1.086.699.881
Produção	1.859.083.333	1.768.587.302	1.856.759.124	1.940.591.445	1.725.344.818	1.756.158.219	1.879.020.213	1.945.997.505	1.968.958.517	1.939.839.151	1.979.056.955
Impostos sobre produtos	134.750.000	116.317.460	110.426.277	96.737.651	105.651.373	117.313.807	119.152.856	118.838.151	118.290.562	117.879.395	119.393.974
Consumo intermediário (-)	1.031.416.667	927.984.127	1.031.480.292	1.103.869.024	908.601.804	854.194.273	892.285.274	919.172.391	929.430.754	891.147.223	1.011.751.048
B - Ótica da despesa											
Produto Interno Bruto	962.416.667	956.920.635	935.706.569	933.460.072	922.394.387	1.019.277.753	1.105.887.795	1.145.663.265	1.157.818.324	1.096.609.873	1.086.699.881
Consumo final	756.416.667	760.444.444	735.299.270	725.731.824	714.883.728	810.072.623	895.649.074	926.537.454	938.524.502	891.147.223	868.060.532
Consumo das famílias	570.750.000	589.158.730	575.639.416	560.845.186	550.091.361	610.296.404	691.191.815	717.990.907	717.081.179	679.692.819	658.726.243
Consumo da administração pública	185.666.667	171.285.714	159.659.854	164.886.571	164.792.366	199.776.220	204.457.260	208.546.547	221.443.323	211.454.404	209.334.289
Formação bruta de capital	194.083.333	189.174.603	177.172.263	194.592.438	204.269.430	227.182.950	231.366.460	246.287.987	244.505.240	222.310.848	236.168.749
Formação bruta de capital fixo	198.833.333	173.285.714	172.388.321	180.000.199	191.379.167	209.400.180	213.046.120	227.541.430	227.947.569	209.439.021	211.225.106
Variação de estoque	-4.750.000	15.888.889	4.783.942	14.592.239	12.890.262	17.782.770	18.320.340	18.746.557	16.557.670	12.871.827	24.943.643
Exportação de bens e serviços	78.916.667	83.031.746	101.694.891	98.043.835	87.748.083	78.736.620	77.281.601	85.991.299	85.947.702	113.940.071	117.422.069
Importação de bens e serviços (-)	67.000.000	75.730.159	78.459.854	84.907.959	84.506.853	96.714.441	98.409.340	113.153.475	111.159.119	130.788.269	134.951.469
C - Ótica da renda											
Produto Interno Bruto	962.416.667	956.920.635	935.706.569	933.460.072	922.394.387	1.019.277.753	1.105.887.795	1.145.663.265	1.157.818.324	1.096.609.873	1.086.699.881
Remuneração dos empregados	436.333.333	398.333.333	407.000.000	420.523.772	369.778.993	389.818.192	426.157.057	429.185.309	450.106.985	418.884.825	411.783.317
Salários	350.250.000	306.269.841	323.994.161	335.172.692	294.995.219	301.922.719	318.509.103	318.340.065	325.775.250	298.781.980	288.078.488
Contribuições sociais efetivas	45.666.667	52.444.444	51.764.964	54.051.914	42.716.761	47.597.979	64.370.380	65.853.083	69.908.034	66.800.073	67.437.128
Contribuições sociais imputadas	40.750.000	39.841.270	31.629.197	32.111.177	32.295.411	40.524.957	43.364.613	44.926.352	54.268.622	53.009.334	56.121.629
Rendimento de autônomos (rendimento misto)	66.666.667	67.079.365	58.528.467	58.856.443	52.663.988	60.143.209	62.907.383	63.983.901	64.717.659	57.855.384	55.320.880
Excedente operacional bruto	313.333.333	368.317.460	355.849.635	330.235.002	354.158.202	410.500.552	453.120.139	489.972.675	481.290.384	444.092.764	440.486.411
Impostos líquidos de subsídios sobre a produção e importação	145.750.000	122.984.127	113.938.686	123.032.777	145.564.806	158.588.337	163.616.177	162.587.190	161.858.374	176.070.337	179.255.334

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Tabela 8 - Composição do Produto Interno Bruto sob as três óticas e a preços constantes- 1990-2000

Valores em Logarítmos Neperianos

Componentes do PIB a preços constantes	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
A - Ótica da produção											
Produto Interno Bruto	8,78	9,53	14,09	13,26	17,56	22,29	22,94	23,27	24,80	22,39	23,22
Produção	9,44	10,15	14,77	13,99	18,18	22,84	23,47	23,80	25,32	22,95	23,82
Impostos sobre produtos	6,82	7,43	11,95	10,99	15,39	20,13	20,71	21,01	22,52	20,17	21,02
Consumo intermediário (-)	8,85	9,50	14,19	13,43	17,54	22,12	22,73	23,05	24,56	22,23	23,15
B - Ótica da despesa											
Produto Interno Bruto	8,78	9,53	14,09	13,26	17,56	22,29	22,94	23,27	24,80	22,39	23,22
Consumo final	8,54	9,30	13,85	13,01	17,30	22,06	22,73	23,06	24,58	22,17	23,00
Consumo das famílias	8,26	9,05	13,60	12,75	17,04	21,78	22,47	22,81	24,32	21,91	22,72
Consumo da administração pública	7,14	7,81	12,32	11,52	15,84	20,66	21,25	21,57	23,13	20,72	21,58
Formação bruta de capital	7,18	7,91	12,42	11,69	16,05	20,79	21,38	21,74	23,24	20,80	21,70
Formação bruta de capital fixo	7,21	7,82	12,40	11,61	15,99	20,71	21,29	21,66	23,17	20,72	21,59
Variação de estoque		5,43	8,81	9,10	13,29	18,25	18,84	19,16	20,62	18,20	19,45
Exportação de bens e serviços	6,28	7,09	11,87	11,00	15,21	19,73	20,28	20,68	22,22	20,14	21,00
Importação de bens e serviços (-)	6,12	7,00	11,61	10,86	15,17	19,94	20,52	20,96	22,46	20,24	21,14
C - Ótica da renda											
Produto Interno Bruto	8,78	9,53	14,09	13,26	17,56	22,29	22,94	23,27	24,80	22,39	23,22
Remuneração dos empregados	7,99	8,66	13,26	12,46	16,65	21,33	21,99	22,29	23,83	21,41	22,25
Salários	7,77	8,39	13,03	12,23	16,42	21,08	21,70	21,99	23,50	21,06	21,90
Contribuições sociais efetivas	5,74	6,63	11,19	10,41	14,49	19,23	20,10	20,42	21,99	19,61	20,44
Contribuições sociais imputadas	5,62	6,35	10,70	9,89	14,21	19,07	19,70	20,03	21,74	19,33	20,26
Rendimento de autônomos (rendimento misto)	6,11	6,88	11,32	10,49	14,70	19,46	20,07	20,39	21,90	19,41	20,25
Excedente operacional bruto	7,66	8,58	13,12	12,22	16,60	21,39	22,05	22,42	23,94	21,51	22,32
Impostos líquidos de subsídios sobre a produção e importação	6,90	7,48	11,98	11,23	15,71	20,43	21,03	21,32	22,83	20,56	21,42

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

ROGÉRIO FROTA LEITÃO DOS SANTOS

**CONTABILIDADE NACIONAL: ANÁLISE DA ECONOMIA
BRASILEIRA SOB AS ÓTICAS DA DESPESA E DA RENDA, NO
PERÍODO 1990 – 2000.**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciências Econômicas, Curso de Mestrado Profissional em Economia do CAEN, Universidade Federal do Ceará.

Orientador: Professor Doutor Paulo Jorge de Melo Neto

**FORTALEZA
2002**